



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF)

ANA PAULA SALES CHELOTTI

**AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA PRESERVAÇÃO
DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL: O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO DIGITAL NA
REDE DE CENTROS DE MEMÓRIA MARISTA**

Brasília (DF)
2023

ANA PAULA SALES CHELOTTI

**AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA PRESERVAÇÃO
DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL: O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO DIGITAL NA
REDE DE CENTROS DE MEMÓRIA MARISTA**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Organização da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Braga de Oliveira

Brasília (DF)
2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com
os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C516t CHELOTTI, ANA PAULA SALES
As Tecnologias da Informação e Comunicação na preservação
da memória institucional: o documento arquivístico digital
na Rede de Centros De Memória Marista / ANA PAULA SALES
CHELOTTI; orientador ELIANE BRAGA OLIVEIRA. -- Brasília,
2023.
105 p.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) --
Universidade de Brasília, 2023.

1. memória institucional. 2. centros de memória. 3.
tecnologias da informação e comunicação. 4. preservação
digital. 5. Rede de Centros de Memória Marista. I. OLIVEIRA,
ELIANE BRAGA , orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ata Nº: 41

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, instalou-se a banca examinadora de Dissertação de Mestrado da aluna **Ana Paula Sales Chelotti**, matrícula 21/0007117. A banca examinadora foi composta pelos professores Dra. Ana Lúcia de Abreu Gomes / membro interno / PPGCINF/UnB, Dra. Monica Tenaglia / Membro externo / UFPA, Dra. Cynthia Roncaglio / PPGCINF/UnB, Suplente e Dra. Eliane Braga de Oliveira / orientadora/presidente / PPGCINFUnB. A discente apresentou o trabalho intitulado "AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL: O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO DIGITAL NA REDE DE CENTROS DE MEMÓRIA MARISTA".

Concluída a exposição, procedeu-se a arguição do(a) candidato(a), e após as considerações dos examinadores o resultado da avaliação do trabalho foi:

- Pela aprovação do trabalho;
- Pela aprovação do trabalho, com revisão de forma, indicando o prazo de até 30 dias para apresentação definitiva do trabalho revisado;
- Pela reformulação do trabalho, indicando o prazo de **(Nº DE MESES)** para nova versão;
- Pela reprovação do trabalho, conforme as normas vigentes na Universidade de Brasília.

Conforme os Artigos 34, 39 e 40 da Resolução 0080/2021 - CEPE, o(a) candidato(a) não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Dra. Eliane Braga de Oliveira, PPGCINF/UnB
(Presidente/orientador)

Dra. Ana Lúcia de Abreu Gomes, PPGCINF/UnB
(Membro interno)

Dra. Monica Tenaglia, UFPA
(Membro externo)

Dra. Cynthia Roncaglio, PPGCINF/UnB
(Suplente)

Ana Paula Sales Chelotti
(Mestranda)



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Braga de Oliveira, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 27/12/2023, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Mônica Tenaglia, Usuário Externo**, em 31/12/2023, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 15/01/2024, às 21:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Sales Chelotti, Usuário Externo**, em 16/01/2024, às 08:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Clovis Carvalho Britto, Coordenador(a) da Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação**, em 31/01/2024, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10554803** e o código CRC **AC9F79EB**.

AGRADECIMENTOS

“O que a memória ama, fica eterno”.
Adélia Prado

Agradeço a Deus pela dádiva da minha vida, por me dar coragem e sabedoria para superar os obstáculos.

À minha mãe, Maria Santana Franco dos Santos, por todo apoio e amor incondicional.

À minha orientadora, profa. Dra. Eliane Braga de Oliveira, pela orientação e por me passar tranquilidade ao longo de todo o processo.

A todos os amigos e amigas, familiares, colegas de trabalho da UMBRASIL e do Brasil Marista que contribuíram direta ou indiretamente com o sucesso desta pesquisa.

RESUMO

Atualmente, experimentamos os fenômenos de virtualização e da efemeridade das informações que trazem novas configurações para a organização do trabalho e para a acumulação de conhecimento nas instituições. As práticas de preservação de documentos arquivísticos digitais devem ser cuidadosamente observadas nas instituições, sobretudo, em relação à preservação dos registros feitos no presente, majoritariamente em ambiente virtual, para preservar a memória atual para as gerações futuras, garantir a recuperação da informação e a perenidade da memória institucional. Nessa perspectiva, os centros de memória surgem como entidades estratégicas para as instituições, no que se refere à preservação da memória institucional. Este trabalho tem como principal objetivo analisar a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação na preservação dos documentos arquivísticos digitais da Rede de Centros de Memória Marista, partindo-se do pressuposto de que essas tecnologias auxiliam no processo de preservação da memória institucional. A pesquisa utiliza, em sua grande parte, abordagem qualitativa, de natureza exploratória, sendo o levantamento bibliográfico para a revisão de literatura e o estudo de caso como métodos. Os resultados apontaram que o papel dos centros de memória na gestão de seus acervos, tanto para os centros de memória da amostra como para outras instituições, não está claro e é um tema complexo, tal qual a preservação de documentos arquivísticos digitais que não possui uma solução única e está em constante atualização.

Palavras-chave: memória institucional; centros de memória; tecnologias da informação e comunicação; preservação digital; Rede de Centros de Memória Marista.

ABSTRACT

Nowadays, we are experiencing phenomena of virtualization and the ephemerality of information, which will bring new configurations to the organization of work and the accumulation of knowledge in institutions. Digital preservation practices in the institutions' collections must be carefully observed, especially concerning the preservation of the memory of present events, which is primarily constructed in a virtual environment, to ensure the recovery of information and the longevity of institutional memory. Digital preservation needs to be constantly questioned due to the quick technological obsolescence and to the challenges related to selection and preservation methods. From this perspective, memory centers emerge as strategic entities for institutions in terms of preserving institutional memory. The main objective of this work is to analyze the use of Information and Communication Technologies in the preservation of the digital archival documents of the Network of Marist Memory Centers, based on the assumption that technologies help in the process of preserving institutional memory. For the most part, the research uses a qualitative approach, of an exploratory nature, with the bibliographical survey for the literature review and the case study as methods. The results showed that the role of memory centers in the management of their collections, both for the memory centers in the sample and for other institutions, is unclear and is a complex issue, just like the preservation of archival documents, which has no single solution and is constantly being updated.

Keywords: institutional memory; memory centers; information and communications technologies; digital preservation; Network of Marist Memory Centers.

Lista de Figuras

Figura 1: O Conceito de memória institucional	28
Gráfico 1. Composição dos acervos dos Centros de Memória Marista	50

Lista de Quadros

Quadro 1. Metodologia da pesquisa.....	42
Quadro 2. Unidades da Rede de Centros de Memória Marista	43
Quadro 3. Unidades componentes da amostra	44
Quadro 4. Questionário enviado aos Centros de Memória Maristas.....	46

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CEM	Centro de Estudos Maristas
CI	Ciência da informação
CM	Centro de memória
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CTDE	Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos
DCC	<i>Digital Curation Centre</i>
DPC	<i>Digital Preservation Coalition</i>
e-Arq	Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos
GGI.br	Comitê Gestor da Internet no Brasil
InterPARES	<i>International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
MI	Memória Institucional
MO	Memória Organizacional
NBR	Normas Brasileiras
NDSA	<i>National Digital Stewardship Alliance</i>
NESTOR	<i>Network of Expertise in Long-Term Storage of Digital Resources</i>
OAIS	<i>Open Archival Information System</i>
OE	Objetivos específicos
PE	Padre
PREMIS	<i>Preservation Metadata: Implementation Strategies</i>
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RCMM	Rede de Centros de Memória Marista
RDC-Arq	Repositórios Digitais Confiáveis de Documentos Arquivísticos
SAA	<i>The Society of American Archivists</i>
TICs	Tecnologias da informação e da comunicação
TRAC	<i>Trustworthy Repositories Audit & Certification</i>
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>

Sumário

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Contextualização da pesquisa	14
1.1.1 A Rede de Centros de Memória Marista	14
1.2 Definição do Problema	19
1.3 Objetivos da pesquisa	20
1.3.1 Objetivo Geral	20
1.3.2 Objetivos Específicos	21
1.4 Justificativa	21
2. REVISÃO DE LITERATURA	23
2.1 A memória e a memória nas Instituições	23
2.2 As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	29
2.3 O documento arquivístico digital e a preservação digital	31
2.4 Requisitos para a preservação digital de documentos arquivísticos	35
3. METODOLOGIA	41
3.1 Etapas metodológicas	42
3.1.1 Aplicação de questionários	45
4. ANÁLISE DOS DADOS	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
6. REFERÊNCIAS	57
7. APÊNDICE A – QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	63

1. INTRODUÇÃO

O conceito de centro de memória e a caracterização de sua documentação não são unívocos para as instituições e nem para a literatura especializada. Entretanto, muitos autores compreendem esses espaços como entidades de acervos híbridos que promovem a preservação e a valorização da história e da memória institucional (Camargo e Goulart, 2015; Dodebei, 2011; Fontanelli, 2005). Para esta pesquisa, são híbridos os acervos que possuem documentação arquivística, bibliográfica e museológica – em suportes analógico e/ou digital. Segundo Santos (2018), o “hibridismo” estaria na possibilidade de um mesmo documento de se encaixar em um contexto e configuração diferente da sua natureza documental.

O direito à memória está assegurado aos cidadãos na Constituição Federal do Brasil (1988) nos artigos 215 e 216. Desde a década de 1990, após o período de restauração da democracia e do estado de direito no Brasil, nota-se maior preocupação das instituições (públicas e privadas) em preservar suas memórias; contar a sua trajetória e a de seus fundadores; transmitir os valores organizacionais às novas gerações e salvaguardar os seus acervos históricos (Camargo; Goulart, 2015).

Muitos centros de memória nasceram a partir do conceito de centro de documentação e têm se desenvolvido “como mecanismo de preservação da memória das organizações, sejam elas empresas ou entidades, visando, entre outras coisas, potencializar o seu uso como ferramenta estratégica de gestão” (PAZIM, 2015, on-line)¹. São os responsáveis por resgatar, preservar e disseminar a memória institucional.

Os documentos presentes nos setores de trabalho e nos acervos das instituições podem ser fontes fundamentais para a recuperação e para a manutenção da memória institucional, sejam eles arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos. Ao atingirem valor secundário² (comprobatório, histórico ou cultural), os documentos passam a representar uma construção social. Para Paes (2004),

¹ A importância dos centros de memória para as instituições e para a sociedade. Disponível em: <https://bit.ly/35f06eD>. Acesso em 15 fev. 2021

² Valor secundário em arquivística é a possibilidade de uso dos documentos para fins diferentes daqueles para os quais foram originariamente criados, servirão para fins de prova, pesquisa ou informativos.

estes documentos possuem importância memorial, histórica e patrimonial. Articular o trabalho dedicado às questões da memória institucional entre o centro de memória e as demais unidades administrativas de uma instituição estimula o registro e a preservação do patrimônio histórico-cultural-documental, criando condições para o estabelecimento de políticas para os acervos bem como para a sua difusão e preservação.

Entendidos também como lugares de memória³, os centros de memória desempenham um papel social, pois são também produtores de informações e de novos conhecimentos, além de aproximarem e qualificarem o diálogo das instituições com a sociedade, facilitando a transmissão do conhecimento sobre a instituição, atendendo aos públicos interno e externo, com informações inteligíveis e de acesso imediato aos usuários. Dessa forma, os centros de memória (CM) podem ser espaços vitais para alavancar o uso desses registros com potencial informativo na perpetuação da memória institucional, uma vez que a memória institucional pode ser utilizada como recurso estratégico pelas instituições na sua administração e comunicação com a sociedade.

Camargo e Goulart (2015, p. 29), enfatizam que “a ideia de que os centros de memória são um misto de arquivo, biblioteca e museu – e que extraem dessa mistura novas funcionalidades – não se esgota no inventário de suas afinidades e diferenças”. As autoras ainda partilham o prognóstico de que o uso crescente dos recursos digitais acabará por dissolver as barreiras conceituais existentes entre as três áreas (arquivo, biblioteca e museu) e que o diferencial de um centro de memória estaria, portanto, em sua capacidade de antecipar e prever as necessidades da organização, viabilizando acesso aos elementos que possam subsidiar respostas e soluções. Segundo Smit (1993, p. 122), a principal diferença entre as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia – nomeadas pela autora como “3 Marias”⁴ - está, essencialmente, na função atribuída aos documentos que fazem parte de seu acervo.

Ao falar de centro de memória, é importante destacar o caráter polissêmico do termo memória, que, assim como o termo informação, perpassa diversas áreas do conhecimento humano e não é objeto exclusivo de uma área de estudo (Gondar;

³ Conceito proposto pelo historiador Pierre Nora na obra *Les Lieux de Mémoire* (1984-1992).

⁴ Johanna W. Smit em seu artigo “*O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias*” aponta o caráter da interdisciplinaridade entre as três ciências irmãs - Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia – nomeando-as pela expressão “três Marias”.

Dodebei, 2005). Como o escopo desta pesquisa é relacionado à Área de Ciência da Informação (CI), será dada ênfase aos estudos da memória voltados a essa dimensão. Ribeiro (2017, p. 114), afirma que “no conceito de memória está inegavelmente implícito o conceito de informação” e acrescenta que:

(...) o ato de memorizar necessita de algo para se poder consumir e a informação é esse algo, que se inscreve/registra, tanto na memória cerebral, quanto nas memórias “externas” ao agente que a produz, as quais se materializam em suportes do mais variado tipo (desde a pedra dos tempos pré-históricos aos suportes digitais na atualidade).

Na proposta de reflexão de Oliveira (2010), a memória surge como um tema de estudo relevante para a Ciência da Informação, considerando-se que a função social da CI é disponibilizar o conhecimento aos que dela necessitam. Contudo, para que essa responsabilidade seja plenamente cumprida, pressupõe-se o acesso assíncrono à informação registrada, ou seja, “informações geradas no passado, disponibilizadas no presente, permitindo novas utilizações e a construção de novos conhecimentos, agora ou no futuro” (Oliveira, 2010, p. 18).

Nessa perspectiva, a memória está indiscutivelmente ligada ao fator tempo, sendo, as instituições de memória, os atores principais na constituição, sedimentação e disseminação dessas memórias (Oliveira; Rodrigues, 2017). Para Fontanelli (2005, p. 44), as instituições-memória são aquelas nas quais “o documento e a informação são elementos indispensáveis no trabalho e na sua própria razão de ser”. Objetos simbólicos da nossa memória, arquivos, bibliotecas, museus, monumentos, comemorações e coleções entre outros, seriam os “marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade” (Nora, 1993, p.13).

Conforme aponta Thiesen (2009, p. 68 e 73), “É na passagem da memória oral para a escrita que podemos compreender a formação e o desenvolvimento das instituições-memória”. Ainda segundo a autora, enquanto instituições-memória, museus, arquivos e bibliotecas são os guardiões dos documentos, das coleções, dos fundos – materiais da memória coletiva e da história, mas também superfícies de inscrição de informações. Sendo assim, os centros de memória podem ser espaços que conectam passado, presente e futuro.

Para objeto desta pesquisa, elegeu-se os documentos arquivísticos digitais da Rede de Centros de Memória Marista (RCMM). Por mais de dois séculos, o Instituto

dos Irmãos Maristas⁵ produziu e acumulou, organicamente, documentos e objetos, em várias partes do mundo, que formaram acervos de grande valor para a sua história, para a educação católica e para a sociedade. Seus acervos são patrimônios compostos por bens materiais e imateriais que traduzem a fé Marista, principalmente após a beatificação e a canonização de seu fundador, o Padre São Marcelino Champagnat, pelo Papa João Paulo II, em 18 de abril de 1999. Atualmente, os Maristas estão presentes em mais de 80 países dos cinco continentes e atuam nas áreas da educação (básica e superior), evangelização, assistência social e saúde.

1.1 Contextualização da pesquisa

1.1.1 A Rede de Centros de Memória Marista

Padre Marcelino Champagnat, ao longo de sua vida, escreveu cartas a padres, aos governantes, às autoridades de diversas instituições, e aos Irmãos Maristas, que detalhavam o cotidiano do Instituto Marista e apresentavam demandas. O Instituto Marista é um instituto autônomo de direito pontifício, funciona como o governo-geral dos Maristas no mundo e está sediado em Roma.

Na carta de nº 78 de 1838⁶- Circular às pessoas que solicitaram a fundação das escolas - o Pe. Champagnat, já demonstrando a importância da preservação da memória e da documentação, solicita receber os diversos informes que serão guardados nos arquivos da casa principal e nos arquivos do respectivo estabelecimento, para reconhecimento das gerações futuras, que deles recolherão os frutos.

Em 2018, inspirados pela carta do Pe. Champagnat, reconhecendo o potencial de seus acervos institucionais Maristas - arquivísticos, bibliográficos e museológicos - e visando à preservação da história e da memória Marista, foi criada a Rede de Centros de Memória Marista da Região América Sul (Comitê Gestor, 2019). A Região Marista América Sul é formada pelos seguintes países: Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. Conta com um Comitê Gestor,

⁵ Ordem religiosa que nasceu em 1817, em La Valla, na França, e atualmente está presente em mais de oitenta países. Disponível em: <https://champagnat.org/pt/instituto-marista/>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

⁶ Publicação da União Marista do Brasil, de 2019, que reúne todas as Cartas do Pe. Champagnat.

composto por sete integrantes, para coordenação e acompanhamento das ações e projetos da Rede. A RCMM reúne, fomenta e articula os espaços de memória da Região América Sul, visando possibilitar e potencializar ações e experiências conjuntas, discutir melhores práticas, integrar serviços, estimular a pesquisa, bem como a formação e a capacitação de profissionais. Assim sendo, esta Rede funciona de forma colaborativa em busca do fortalecimento, da preservação, do registro e da perenidade da memória institucional e da identidade Marista.

No regimento interno da Rede, os centros de memória (CM) são entendidos como unidades de preservação da memória institucional, sendo considerados como tal, bibliotecas especializadas, arquivos históricos, museus, historiais, memoriais e congêneres, que visam colaborar ativamente para a difusão dos valores organizacionais de forma a garantir acesso qualificado aos bens espirituais, culturais e históricos do Instituto Marista aos públicos interno e externo (Comitê Gestor, 2019).

Segundo Nassar (2004), a transmissão da responsabilidade histórica empresarial passa a ser um diferencial para o mercado. Nesse sentido, os centros de memória surgem como potenciais ferramentas para essa estratégia, uma vez que promovem a difusão dos valores e da trajetória institucional, fortalecendo a imagem, a identidade e a marca da instituição, interna e externamente. Assim, os centros de memória podem ser importantes, também, na utilização da memória para o fortalecimento da cultura organizacional, a manutenção da reputação institucional e a gestão do conhecimento corporativo (Pazin, 2019).

Ao longo dos anos, o Instituto Marista teve uma drástica redução no número de Irmãos - religiosos católicos que promovem os valores e a espiritualidade ensinados por São Marcelino Champagnat por meio da evangelização e da educação de crianças e jovens – por diversos motivos, inclusive pelo falecimento de Irmãos idosos que elaboraram as memórias iniciais da formação da congregação Marista no Brasil. Nesse contexto, tornou-se urgente preservar o legado dos Irmãos Maristas e do Pe. Champagnat na Região da América do Sul, materializado por meio dos documentos, objetos e pelas fontes vivas de memória institucional.

Uma das estratégias para a preservação da memória utilizada pelos CM é o registro da história oral, no qual os indivíduos humanizam a história da instituição em seus relatos, complementares às fontes documentais, propiciando laços de pertencimento, mesmo aos que já não atuam mais nela. Trata-se do conhecimento

institucional tácito, não formalizado. Para Halbwachs (1990, p. 80-81) “o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem”. Na Rede de Centros de Memória Marista, alguns CM possuem programas de história oral, nos quais os depoimentos dos Irmãos Maristas idosos e de colaboradores são recolhidos, a partir de uma entrevista semiestruturada e são produzidos vídeos curtos biográficos, nos quais são abordadas e valorizadas as suas histórias de vida e vivências na Instituição. Esses vídeos são documentos digitais que necessitam ser preservados de forma permanente.

De acordo com Fontanelli (2005, p. 11), para trabalhar com a memória de uma empresa é preciso trabalhar com as memórias de cada um de seus integrantes que, ao se reconhecerem como tais, “constroem as identidades individuais e a coletiva - imprescindíveis para o desenvolvimento da instituição”. Segundo Pazin-Vitoriano (2019, p. 93), a preservação da memória institucional deverá ser:

“definida por meio da avaliação documental, para a informação orgânica, presente nos documentos arquivísticos, e pela análise da relevância da informação, para a informação não-orgânica, seja ela registrada, em documentos externos às organizações ou aquela não registrada, representada pelo conhecimento tácito de seus colaboradores.”

Em grande parte, os acervos dos CM são compostos por documentos textuais. Entretanto, os CM podem possuir universos representativos de toda a história institucional e serem formados por acervos heterogêneos, seguindo uma temática norteadora para sua composição. Os acervos dos CM são constituídos, muitas vezes, em parceria com os setores de comunicação e *marketing* e produzem novos produtos e conhecimentos acerca da instituição a partir dos seus itens documentais, como linhas do tempo, publicações biográficas e exposições virtuais. Os acervos dos CM geralmente são híbridos, compostos por documentos de arquivo, “associados à documentação bibliográfica de característica técnica e museológica, composta especialmente de objetos representativos da cultura organizacional ou de produtos preservados para fins técnicos ou memorialísticos” (Pazin, 2012, p.2).

Atualmente, além das memórias existentes no ambiente analógico, existem as memórias exteriorizadas também em ambiente digital, o que ocasiona uma nova preocupação para a perpetuação da memória institucional: a preservação de documentos digitais. Nesse contexto, as Tecnologias da Informação e da

Comunicação (TICs) surgem como aliadas à preservação digital. Em sentido amplo, as TICs são todas as técnicas e os recursos tecnológicos que proporcionam a operacionalização da informação e auxiliam a comunicação em vários processos, como um *software* para o gerenciamento de dados, um *site* institucional, um repositório digital. A utilização das TIC foi de suma importância para a construção da Rede de Centros de Memória Marista, uma vez que é um desafio trabalhar, de maneira integrada, com centros de memória geograficamente distantes.

A Rede de Centros de Memória Marista utiliza o *software* Pergamum – produzido por uma empresa Marista: a Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. A adoção de um mesmo *software* para gestão e arquivamento dos acervos de todos os CM da Rede é uma forma de integrá-los, possibilitando o intercâmbio de informações, descrições colaborativas, facilitando a busca e a recuperação de informações e ampliando o acesso aos documentos institucionais. Embora as planilhas de cadastro sejam diferentes, no mesmo sistema é possível cadastrar um item documental de arquivo, um exemplar de biblioteca ou uma peça de museu. É importante lembrar que além do acervo institucional, o CM também produz a sua própria documentação e que esta, também, necessita ser gerenciada.

O investimento em tecnologias na estrutura física, bem como na promoção e na integração dos centros de memória são estratégias bastante significativas para ampliar o vínculo entre a comunidade e os respectivos acervos, como exposições virtuais, exposições físicas com tecnologias interativas e a reformatação das mídias digitais. Entretanto, somente a utilização de tecnologia não é garantia de que as informações estarão a salvo.

A pesquisadora, em razão de ser funcionária da Instituição, teve acesso aos diagnósticos elaborados pelos CM da Rede, o que suscitou dúvidas em relação à preservação de documentos realizada pelos centros, especialmente os digitais, uma vez que as ferramentas tecnológicas pensadas para a gestão, muitas vezes, não são pensadas para a preservação. Além disso, identificou-se a ausência de profissionais com formação técnica adequada para a atuação em alguns desses espaços - realidade muito comum nas instituições - o que também pode ser um fator de risco para a preservação.

É preciso realizar o tratamento adequado das informações e dos acervos; garantir o comprometimento da alta gestão da instituição, fortalecendo, principalmente, a utilização de normativos internos como a política de preservação

da documentação digital; criação de políticas internas para a preservação do patrimônio material e imaterial das instituições; procedimentos técnicos; estrutura organizacional adequada e capacitada; investimento em sistemas informacionais e conscientização de todos os funcionários. Além disso, a preservação digital envolve planejamento, recursos (financeiros e gestão de pessoas), infraestrutura tecnológica em constante atualização, abordagem interdisciplinar e alta especialização dos profissionais, entre outros aspectos (Innarelli e Sousa, 2007; Santos, 2005; Santos e Flores, 2017).

Surge também a necessidade de se preservar os registros que estão sendo produzidos na atualidade, majoritariamente em ambientes virtuais, caracterizados pela efemeridade e disseminação da desinformação. Saber o que preservar é um dos pontos vitais para o sucesso de um programa de preservação de documentos arquivísticos digitais. Nem todos os documentos digitais precisam ser preservados a longo prazo. Identifica-se, então, a importância da atividade de seleção arquivística nos centros de memória, para definição dos documentos arquivísticos que devem ser preservados:

É preciso resistir à tentação de armazenar tudo. A memória não pode ser pensada como duplicação infinita do real, alimentada pela ilusão de poder atender a necessidades complexas e diversificadas. A crescente ampliação da capacidade de estocagem oferecida pela tecnologia não é argumento relevante para evitar o processo seletivo, que deve figurar como atividade rotineira na pauta dos centros de memória, até mesmo para assegurar a representatividade de seu acervo e a eficiência dos serviços prestados (Camargo; Goulart, 2015, p. 105).

A preservação a longo prazo dos documentos digitais é um desafio – tanto no que se refere aos documentos natos digitais quanto aos documentos reformatados - e deve ser discutida por profissionais de diversas áreas de forma a garantir a salvaguarda dos patrimônios documentais das instituições (Santos; Flores, 2017).

Para o pleno cumprimento da sua função social e institucional, os documentos de arquivo precisam estar acessíveis quando demandados. É preciso possibilitar o acesso amplo às informações consideradas históricas para a sociedade, seja para a garantia de direitos, a pesquisa científica, acadêmica, histórica e/ou para fins culturais. De acordo com Cruz Mudnet (2011, tradução nossa), a gestão documental é proposta como uma solução viável para o problema acima mencionado, tendo em conta que o tratamento adequado dos arquivos desde a sua geração até à sua

eliminação ou conservação permanente permite organizar, conservar e simplificar a recuperação da informação contida nos documentos.

Além disso, para os documentos digitais, devem ser observadas características como a autenticidade, a integridade e a confiabilidade bem como a segurança e a indexação correta das informações armazenadas, visando a preservação das informações que podem fazer parte das memórias para as instituições, para a sociedade e para as gerações futuras. O que decidimos preservar hoje impacta nas memórias das próximas gerações, uma vez que “somos responsáveis por aquilo que queremos que hoje apareça como uma recuperação do passado, pois nossa existência contemporânea surge dessa responsabilidade” (Schmucler, 2008, tradução nossa).

1.2 Definição do Problema

Atualmente, nas instituições, documentos são criados, tramitados, armazenados e excluídos no ambiente digital, muitas vezes sem controle, podendo ocasionar prejuízo para a construção da memória institucional. Além disso, a heterogeneidade dos acervos dos centros de memória também é um desafio para a preservação documental, pois são necessários parâmetros e diretrizes específicos para cada suporte documental e/ou objeto. Segundo Santos (2018), essa heterogeneidade documental, ao passo que enriquece o caráter informativo dos CM, também se torna um desafio para o tratamento dessa documentação que possui lógica de tratamento e de apresentação diferenciadas, uma vez que as características de preservação de cada documento são específicas.

A fragilidade das informações e dos documentos digitais é uma das grandes preocupações da atualidade, dado que a tecnologia está em constante evolução, tornando-se obsoleta quase na mesma proporção em que se atualiza. Santos (2020, p. 39), esclarece que existem várias formas de perder informações em uma instituição:

(...) o próprio exercício profissional oferece possibilidades de perda: uma indexação mal feita, ou uma classificação errada podem reduzir as possibilidades de recuperação da informação, ou pior, pode resultar em descarte ou preservação indevida de um documento.

É preciso ter cuidado ao preservar os documentos e informações do presente, principalmente em meio digital. A memória é lacunar, mas a seleção do que será lembrado e do que será esquecido é necessária para a formação das memórias institucionais que serão acessadas por gerações futuras, além de garantir a recuperação da informação. Com o surgimento das TICs, novas estratégias e práticas têm sido aplicadas nas instituições de memória, nem sempre, porém, contemplando a preservação documental, especialmente no ambiente digital. Cabe, portanto, questionar: a utilização destas tecnologias pelos centros de memória, de fato, potencializa a preservação da memória institucional? Para averiguar aspectos da preservação da memória institucional na prática, esta pesquisa utilizará, como objeto, os documentos arquivísticos digitais nos centros de memória da Rede de Centros de Memória Marista.

1.3 Objetivos da pesquisa

1.3.1 Objetivo Geral

A memória é uma permanente construção, assim como as TICs estão em constante desenvolvimento. Atualmente, experimentamos os fenômenos da virtualização e a efemeridade das informações, os quais têm trazido novas configurações para a organização do trabalho e para a acumulação de conhecimento nas instituições. Nesse contexto, os centros de memória surgem como entidades com funções estratégicas e contínuas para as instituições, principalmente, no que se refere à preservação da memória institucional, além de exercerem a função social de facilitar para a sociedade a difusão da trajetória institucional, dos valores da instituição e da vida de seus fundadores e trabalhadores.

A partir do problema estabelecido, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a utilização das TICs na preservação dos documentos arquivísticos digitais da Rede de Centros de Memória Marista, com vistas à preservação da memória institucional.

1.3.2 Objetivos Específicos

Visam alcançar o objetivo geral desta pesquisa os seguintes objetivos específicos (OE):

- OE 1 - Identificar os requisitos básicos recomendados na literatura arquivística e na legislação brasileira para a preservação de documentos arquivísticos digitais;
- OE 2 - Verificar se os Centros de Memória selecionados atendem aos requisitos indicados;
- OE 3 - Analisar as práticas de preservação documental das unidades escolhidas da Rede de Centros de Memória Marista relacionadas à utilização de TICs.

1.4 Justificativa

Esta pesquisa se justifica, principalmente, pelo hiato de conhecimento sobre o tema da memória institucional, dos centros de memória e da preservação digital nesses espaços. Os centros de memória multiplicam-se no país, porém com poucas contribuições teóricas sobre o assunto. A partir de pesquisa na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), no período entre 1972 e 2023, apenas 22 resultados foram encontrados para a busca do termo “centro de memória”, considerando apenas o título do trabalho.

A ausência de trabalhos científicos que tratem sobre o contexto da preservação digital em centros de memória e a falta de padronização de procedimentos para o tratamento desses dados é um fator preocupante. Estudos acadêmicos mais aprofundados ajudarão a delinear de forma mais consistente os conceitos relacionados à memória institucional, ao papel dos centros de memória, bem como à utilização das TICs na preservação digital, além de gerar dados e pontos para reflexão que poderão fomentar novas pesquisas.

Robin (2015, p. 22), afirma que o “excesso de memórias que nos invade hoje poderia ser apenas uma figura do esquecimento, pois a nova era do passado é a da saturação”. Essa saturação pode ser explicada de diversas formas:

Saturação, enfim, por causa dos fantasmas de “tudo guardar” que acompanham nossa imersão no mundo virtual. Congelamento geral, patrimonialização de tudo, de si mesmo, de seu corpo, de seus órgãos, de seus objetos. Paixão pelo arquivamento e pela conservação. Estocamos, queremos tudo sedimentar. Ainda é preciso que os suportes materiais da memória resistam, pois tudo é frágil. (Robin, 2015, p. 22)

Além disso, reforça a problemática do armazenamento de informações também no mundo virtual, a partir da “passagem à digitalização e da mudança de suporte, com a desmaterialização do virtual, podemos imaginar a presença de um novo infrator que virá silenciosamente destruir esses novos suportes sem que percebamos” (Robin, 2015, p. 23).

A opção pelos centros de memória Marista justifica-se também por ser o campo de atuação profissional da pesquisadora e por se tratar de uma instituição secular de educação que contribui para a formação de cidadãos, sendo interessante, do ponto de vista científico, a preservação dos registros produzidos ao longo de mais de 200 anos na promoção da memória junto à sociedade brasileira. Muito embora os CM da pesquisa proposta sejam da mesma Instituição, os recursos e as condições de trabalho não são iguais em todos eles, o que justifica uma análise comparativa entre as unidades.

Ademais, o estudo de temas relacionados à memória no campo da CI pode prover os fundamentos teóricos adequados ao aprimoramento de práticas de preservação e acesso às informações. Dessa forma, este trabalho possui justificativa social, científica, institucional e pessoal.

Esta pesquisa não pretendeu realizar um levantamento de todas as estratégias de preservação digital existentes, mas identificar, dentre aquelas mais citadas na literatura, critérios que possam interessar aos centros de memória que lidam com documentos arquivísticos digitais, os desafios que eles enfrentam na preservação documental, no acesso e no gerenciamento dos repositórios arquivísticos digitais dos seus acervos.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A memória e a memória nas Instituições

O surgimento da escrita, no ano 3500 a.C., alterou a maneira como as pessoas acessavam as memórias. No decorrer do tempo, alguns fatos influíram de forma decisiva para a predominância da grafia sobre a oralidade, como o uso de variados suportes materiais na confecção dos registros e os meios de reprodução. A prensa mecânica de Gutenberg, em 1455, facilitou grandemente o registro das informações, bem como a ampliação da comunicação para a sociedade. Posteriormente, a partir da criação de novas técnicas para a produção de memórias exteriorizadas e da necessidade de se possibilitar o acesso aos registros, surgem as instituições de memória, na tentativa de minimizar os esquecimentos e de se conhecer a história.

Inicialmente, os acervos dessas instituições denominadas “de memória” eram de acesso restrito, e, por isso, não havia uma grande preocupação em oferecer serviços aos usuários, apenas em preservar as informações neles salvaguardadas. Entretanto, após a Revolução Francesa, no século XVIII, ocorreu um movimento de abertura dos arquivos que culminou com a criação dos arquivos nacionais. O Estado passa ter a obrigação de preservar os documentos e de disponibilizar acesso público à documentação sob sua custódia, criando as bases legais para a garantia de direitos dos cidadãos.

Ao passo que ocorreu a revolução tecnológica, os espaços de memória - entendidos como arquivos, bibliotecas e museus - se modernizaram e evoluíram, tornando-se polos de conhecimento para as instituições e para a sociedade, fontes de informações importantes para a tomada de decisão, a pesquisa científica, a garantia de direitos, o entretenimento, a educação patrimonial, a preservação da memória e para a ampliação da cultura, principalmente, por meio da difusão dos acervos. Ao citar Nora, Le Goff define esses espaços de memória como “lugares de memória” e acrescenta outros:

Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações; estes memoriais têm a sua história. Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve

procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem a memória (Nora, 1978, apud Le Goff, 1990, p. 473).

Segundo o autor, todos esses lugares possuem uma “aura simbólica” para além de sua funcionalidade e materialidade. Os primeiros estudos sobre memória social na ciência surgem no século XX. Em 1925, Maurice Halbwachs inaugurou os estudos sobre a memória coletiva e trouxe o fator social associado à memória. Para o autor, a memória é uma construção social:

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (Halbwachs, 2006, p. 39).

O conceito de memória é abrangente. O conceito de memória social é um processo e está em permanente construção. Além disso, é um conceito transdisciplinar, ético e político, pois configura-se como um instrumento de transformação social, e não se reduz à representação (Gondar, 2005). Conforme aponta Oliveira (2008), a relação entre memória e informação presente nas pesquisas acadêmicas no Brasil, ocorre predominantemente sob a dimensão da memória social. Para Japiassu (2021), a memória institucional pode ser considerada uma categoria da memória social. Por todo o exposto, nesta pesquisa, compreende-se a memória a partir de uma perspectiva social, ou seja, ao falar de memória, fala-se de memória social.

A soma das memórias individuais de uma instituição ajuda a formar a memória institucional e as instâncias de poder de uma instituição determinam o que deve ser lembrado e esquecido (Thiesen, 2013). Não é possível a gestão da memória sem a gestão documental e vice-versa. O arcabouço de conhecimentos que representa uma instituição é formado pela memória documental, presente nos registros documentais de vários suportes, e na memória das pessoas - que passaram pela instituição e da sociedade – ao longo do tempo, reforçando, assim, a sua identidade. Para Fontanelli (2005) ao analisarmos as informações disponíveis nos acervos de arquivos, bibliotecas e museus, estamos estudando a memória selecionada por um determinado grupo.

Os arquivos são vistos como “agentes ativos na formação da memória humana e organizacional” (Cook, 2012, p. 125). Para Santos (2018), os documentos de arquivo são considerados a “alma” dos centros de memória, pois representam, de maneira geral, a maior parcela do acervo histórico dessas instituições. Segundo Japiassu (2021), ao se inserir um documento arquivístico em um centro de memória, suas funções constituem uma “sobresseleção”, envolvendo processos que promovem a sua institucionalização. Segundo (Ramos; Miranda, 2021), um centro de memória não pode ser confundido com o arquivo da instituição, pois, na maioria das vezes, a composição do CM passa por um processo de seleção que não é arquivística. Dessa forma, o acervo do CM não possui somente documentos orgânicos que foram acumulados naturalmente, características próprias do documento de arquivo.

Dessa forma, e de acordo com Santos (2018, p. 94), a política de acervos é extremamente importante para os centros de memória e para o tratamento adequado dos acervos:

Considerando que, na maioria dos casos, os documentos arquivísticos prevalecem sobre os demais na composição dos centros de memória, torna-se clara a necessidade de uma política de tratamento específica para esses documentos (...) a produção de instrumentos de controle que direcionem o processamento técnico desses acervos, desde o momento da aquisição, é fundamental para que os mesmos não percam seus vínculos e contextos. (Santos, 2018, p. 94)

Percebe-se na CI que, muitas vezes, os significados de memória institucional e arquivo se misturam. Na literatura da área, há confusão também entre os conceitos de memória institucional e memória organizacional. Isto porque, da mesma forma, os termos organização e instituição também são, por vezes, utilizados erroneamente como sinônimos. Segundo Pazin (2019), do ponto de vista da CI, o conceito de memória, quando aplicado às organizações, enfoca o conhecimento explícito, representado pela informação registrada em documentos, e o conhecimento tácito, representado pela memória dos participantes da organização.

Esta pesquisa reconhece as várias abordagens e conceitos dos termos manejados, mas parte do entendimento de que organizações são grupos de pessoas que, de modo estruturado, formam um sistema para alcançar o mesmo objetivo (Lacombe; Heilborn, 2003). Por outro lado, North (1991), afirma que as instituições são invenções humanas formais ou informais para estruturar a interação

política, econômica e social. Thiesen (2013) corrobora esse pensamento ao definir que as instituições são agenciamentos coletivos construídos historicamente, que se instituem estabelecendo regras e normativos para as condutas sociais que são reproduzidas para a manutenção da ordem alcançada. As instituições podem ser sociais, religiosas, familiares, de ensino, governamentais, entre outras.

Em relação ao termo memória organizacional (MO), existem múltiplas abordagens na literatura e cada uma enfatiza um aspecto. Entretanto, pode-se afirmar que a MO está “intrinsecamente ligada ao aprendizado organizacional” (Ackerman, 1998, p. 3, tradução nossa). A MO tende a tratar a informação-memória pelo prisma da eficiência, enquanto o termo memória institucional remete à ideia de legitimidade (Thiesen, 2013).

Para compreender bem a função dos centros de memória, é imprescindível diferenciar a memória organizacional da memória institucional. Contudo, o termo memória institucional (MI) possui poucas contribuições teóricas e o termo memória organizacional (MO) possui várias abordagens, mas nenhuma das duas expressões tem sua definição pacificada na literatura da CI. Segundo Santos (2021), a literatura não é clara na distinção conceitual entre os termos MI e MO, evidenciando confusão, distorção e escassez de produção científica a respeito deste tema. Além disso, os conceitos de organização e de instituição muitas vezes são usados indiscriminadamente como sinônimos, de forma equivocada. Cabe recorrer, então, à tese do Prof. Maurício Barcelos Almeida (2006), que versou sobre um modelo baseado em ontologias para representação da memória organizacional. Após uma ampla revisão de literatura, o autor apresentou o seguinte conceito para a Memória Organizacional (MO):

A MO é uma metáfora que privilegia a apreensão do conhecimento consensual gerado em interações sociais, a construção de uma linguagem organizacional comum, a captura do contexto em que o conhecimento é criado e o suporte a aspectos dinâmicos do conhecimento organizacional. É operacionalizada por um sistema de informação híbrido, em que a tecnologia suporta atividades de produção do conhecimento pelos indivíduos, objetivando *eficiência organizacional*. Tal sistema, denominado SMO, permite aquisição, representação, armazenamento e recuperação do conhecimento disperso na organização, restrito a domínios e tipos explicitados no escopo do próprio sistema (Almeida, 2006, p. 103, grifos nossos).

Os principais conceitos de memória organizacional foram cunhados com base na Teoria das Organizações, a partir de práticas da gestão do conhecimento. A

memória organizacional é o conhecimento produzido e acumulado através de vários suportes formais e informais, utilizado em meio informático e essencial para a eficácia e a eficiência dos processos de trabalho, baseados nos conhecimentos humano e da organização (Ferreira; Fell, 2014).

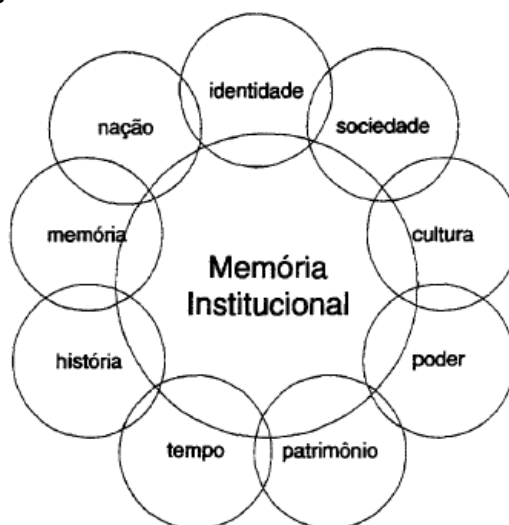
Para Simon (1965, p. 17), as organizações representam um “complexo sistema de comunicações e inter-relações existentes num grupamento humano” (...) são também um “sistema de papéis” que proporciona aos seus membros tomar decisões”. Nesse sentido, Cyert e March (1963) conceituam a memória da organização como experiências passadas registradas que afetam as regras da tomada de decisão.

Segundo Stein (1995), a compreensão da MO é realizada enquanto processo, por meio das atividades de aquisição, retenção, manutenção e de recuperação. O autor considera duas formas de classificação para a memória organizacional: a abordagem da MO baseada em conhecimento e a abordagem da MO como processo, relacionando-a ao aprendizado organizacional e aos processos de aquisição do conhecimento que formam a memória organizacional. Além disso, o autor afirma que a MO existe inicialmente em função da manutenção de características da organização ao longo do tempo. Santos (2021) enfatiza que a MO, frequentemente associada à efetividade organizacional, está relacionada ao modo de fazer as coisas e à solução de problemas, por meio da aprendizagem contínua das organizações e das informações e conhecimentos (tácitos e explícitos) armazenados nos repositórios e no repertório organizacional. É importante destacar que no âmbito da Ciência da Informação esse conceito ainda não está consolidado.

Por outra parte, a memória institucional tem no campo da CI brasileira sua principal referência na pesquisa de Thiesen (2013). Em sua conclusão, Thiesen afirma que o conceito de memória institucional não foi definido de modo sistemático e é construído e reconstruído a cada dia.

Conforme demonstrado na Figura 1, o conceito de memória institucional, representado pelo círculo central, relaciona-se com os demais conceitos representados pelos círculos menores (identidade, sociedade, cultura, poder, patrimônio, tempo, história, memória, nação) que se entrecruzam, indicando as relações entre si (Thiesen, 1997).

Figura 1: O Conceito de memória institucional



Fonte: THIESEN, 1997.

O conceito de memória institucional abrange a memória organizacional, mas não se limita a ela. A memória institucional trabalha a memória por sua perspectiva social - produto das relações sociais estabelecidas entre as pessoas - a partir de registros informacionais transmitidos entre grupos, mas de forma não reduzida apenas à representação. Segundo Thiesen (2013, p. 29), “as instituições são tomadas como formas fundamentais de saber-poder, que emergem no seio das sociedades e possuem duas faces simétricas: lembrar e esquecer”. Percebe-se, então, o caráter seletivo da memória.

Thiesen (2013, p. 77-78) explica ainda que a construção do conceito de memória institucional busca identificar elementos conceituais que atuam no processo de institucionalização das relações sociais e acrescenta que, nesse processo, a memória - um dos mecanismos ou instrumentos de invenção social – deve ser priorizada, pois, ela é o elemento conceitual e base de toda criação/institucionalização:

Para compreendermos as relações entre memória e instituição é necessária uma articulação com a noção de sociedade/socialização, vista aqui como um processo que indica um conjunto de experiências que formam/conformam a identidade política e social dos indivíduos, bem como a imagem que têm de si mesmos e do outro, em suas relações com as instituições existentes na sociedade. As relações entre indivíduos e instituições são de fundamental importância para o processo de formação/aprendizagem social e política que conduz a cidadania.

Dessa forma, a memória institucional será abordada nesta pesquisa por representar a memória que é repassada para a sociedade, extrapolando a memória

organizacional que se limita ao ambiente interno, muitas vezes, para a tomada de decisão.

A dinâmica da memória institucional representa como a instituição se reproduz na sociedade, como quer ser identificada e o que deve ser lembrado e valorizado de sua história. Existem outros termos também confundidos com memória institucional, como memória empresarial e memória corporativa, mas que não foram abordados nesta revisão de literatura.

2.2 As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)

Comumente associadas aos processos de educação e aprendizagem, as TICs são fundamentais em todas as áreas. Na CI não é diferente, sobretudo, quando as TIC são utilizadas para ações educativas nos espaços de memória. Na perspectiva dos documentos de arquivo, as atividades de difusão e educação patrimonial e documental são extremamente importantes para a preservação. Afinal, é mais fácil preservar aquilo que se conhece. Mas o que são as TICs e como elas funcionam nos Centros de Memória?

A massiva utilização das tecnologias pelas humanidades proporcionou discussões para o desenvolvimento de um campo emergente denominado Humanidades Digitais. Galina Russel (2011) defende que a expressão Humanidades Digitais compreende um novo campo interdisciplinar, que busca o entendimento do impacto no uso das tecnologias digitais sobre as humanidades.

A combinação de humanidades com a tecnologia da informação e comunicação aumenta a acessibilidade e leva a novos caminhos na gestão, transmissão e produção de conhecimento. Uma das formas que a Rede de Centros de Memória Marista, dissemina seu acervo e sua memória institucional é a partir do uso de tecnologias de comunicação e informação.

Segundo Castells (1999, p.78-79), o paradigma da tecnologia da informação é composto por cinco características que representam a base material da sociedade da informação, a saber: 1) a matéria-prima é a informação, as tecnologias agem sobre a informação; 2) a penetrabilidade dos efeitos das tecnologias em toda atividade humana; 3) a lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações; 4) a capacidade de reconfiguração; 5) a crescente confluência de

tecnologias específicas para um sistema altamente integrado. Para o autor, o paradigma da tecnologia da informação evolui rumo a abertura como uma rede de múltiplos acessos e não para o seu fechamento como um sistema.

A evolução da tecnologia é uma constante e existem várias formas de denominar suas fases que não podem ser desconsideradas pelos profissionais da informação, tais como Tecnologia Digital, Novas Tecnologias da Informação e Comunicação, Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (Brito; Simonian, 2016). Segundo o Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação, do IBICT (2014, p. 216), Tecnologias da Informação e Comunicação abarca todas as formas de tecnologia usadas para criar, armazenar, intercambiar e usar a informação em suas várias formas. Geralmente inclui a tecnologia computacional e os sistemas de telecomunicações. Nesta pesquisa, escolheu-se a utilização do termo Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), por abranger as tecnologias que utilizam ou não a internet.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (2002), as Tecnologias da Informação e Comunicação são um conjunto diversificado de ferramentas e recursos tecnológicos, utilizados para transmitir, armazenar, criar, partilhar ou trocar informações. Segundo Rodrigues (2016), as Tecnologias da Informação e Comunicação podem ser definidas como o conjunto total de tecnologias que permitem a produção, o acesso e a propagação de informações, assim como tecnologias que proporcionam a comunicação entre pessoas, sendo o principal objetivo proporcionar o acesso à automação da informação e comunicação.

Nos centros de memória, as TICs podem estar presentes em vários contextos, sejam nos espaços de exposição, sejam nos espaços restritos de tratamento das informações, com a aplicação de tecnologias para a preservação de documentos, tais como a digitalização e a microfilmagem. Ao falar em TICs nos centros de memória, é fundamental haver interoperabilidade de sistemas presentes nos acervos das instituições para ocorrer recuperação de informações e, conseqüentemente, de memórias, sem que haja fragmentação de acervos. O centro de memória é potencializador da difusão e do uso desses conjuntos informacionais (Ramos; Miranda, 2021).

A Pesquisa TICs Cultura de 2016⁷, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (GGI.br), com foco nos arquivos brasileiros, indica que a digitalização de acervos, além de incipiente, parece estar mais voltada à preservação dos materiais do que à sua difusão. Nos espaços de diálogo com a comunidade, sejam virtuais ou físicos, parte-se do pressuposto de que as TICs são ferramentas e recursos extremamente atrativos e que trazem benefícios para a interação, pois tendem a despertar a curiosidade e o interesse, facilitam a leitura e promovem a inclusão social. Quanto ao gerenciamento das informações em ambiente digital, as TICs podem possibilitar uma série de vantagens, como o intercâmbio de informações, ampliação da difusão e do acesso. Contudo, para a preservação digital é necessário que uma série de cuidados sejam observados e seguidos.

2.3 O documento arquivístico digital e a preservação digital

Os documentos digitais trouxeram muitas vantagens para a sociedade, no que se refere à produção, transmissão, acesso e armazenamento documental. De acordo com o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ (2012, p. 3) “documento digital é a “informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional”. Esta definição também é defendida por Rondinelli (2011) e diferencia-se de um documento eletrônico “que, embora seja acessível por instrumento eletrônico, não é codificado em binário” (Rabelo; Schmidt, 2022, p. 168).

No ambiente digital, é preciso garantir que os documentos e informações sejam autênticos, íntegros, confiáveis e acessíveis (ISO 15.489/2001). Segundo o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil (CONARQ, 2011) outras duas características também precisam ser contempladas: a organicidade e a unicidade. Além disso, a forma fixa e conteúdo estável são dois atributos primordiais dos documentos arquivísticos digitais.

Conforme constata Arellano (2008, p. 238) em sua pesquisa, “as práticas de preservação continuam sendo moldadas pelas atividades tradicionais de preservação para o material impresso”. Com o surgimento das TICs, novas

⁷ Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Equipamentos Culturais Brasileiros, disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/cultura/publicacoes>.

estratégias e práticas foram aplicadas para a preservação documental. A transição do modelo convencional de documento para o modelo digital não excluiu a participação humana nos processos informacionais. A fragilidade dos suportes dos documentos digitais está na dependência do sistema computacional para serem acessados bem como a sujeição às falhas tecnológicas de *hardware* e *software*. Além disso, a ação humana também é um fator preocupante para a preservação digital, em virtude da falta de capacitação para operar sistemas, alteração e exclusão de arquivos sem autorização, ausência de conhecimentos técnicos relativos à preservação digital entre outros.

De acordo com o Glossário de Documentos Arquivísticos Digitais (CONARQ, 2020, p. 39), preservação digital é o “conjunto de ações gerenciais e técnicas exigidas para superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes, garantindo acesso e interpretação dos documentos digitais pelo tempo que for necessário”. Trata-se de um campo especializado que envolve a adoção de medidas adequadas para garantir a longevidade e acessibilidade dos documentos digitais ao longo do tempo.

Vivemos uma insegurança tecnológica a longo prazo, pois, diferentemente do papel, suportes de documentos digitais de trinta anos atrás, como o disquete, dificilmente são lidos atualmente, em virtude da atualização da tecnologia. De acordo com Santos e Flores (2017, p. 28), “há diversas intempéries que poderão depreciar os documentos digitais, dentre elas, pode-se citar a obsolescência tecnológica, seja ela manifestada em nível de *hardware*, *software* ou suporte”.

Segundo Cunningham (2021), os desafios e soluções para enfrentar o problema da transformação digital não são muito diferentes dos de 30 anos atrás, sendo que a gestão de documentos digitais pode ser considerada pior atualmente. Outro ponto de atenção é a segurança da informação digital, relacionada à tecnologia, processos e pessoas. O risco de ataques cibernéticos, vazamentos de dados também podem comprometer a preservação digital.

Em 1999, a partir da preocupação com a preservação permanente de documentos digitais em sistemas informatizados, foi desenvolvido, por meio de uma parceria Internacional de pesquisa, o projeto InterPARES (*International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*)⁸. O Brasil participa deste

⁸ O Projeto InterPARES é uma pesquisa Internacional sobre Documentos Arquivísticos Autênticos Permanentes em Sistemas Eletrônicos), coordenado pela Universidade de British Columbia, no

projeto que, atualmente, está em sua quarta fase – o InterPARES Trust, que ampliou o seu escopo de pesquisa para o armazenamento em nuvens e *blockchains* – realidade de armazenamento cada vez mais frequente nas instituições. Este projeto é composto por equipes interdisciplinares de diversos países, e muito contribuiu (e contribui) teórica e metodologicamente para as pesquisas sobre preservação de documentos de arquivo digitais, sendo um dos referenciais teóricos utilizado nesta pesquisa.

Segundo a Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, publicada pelo CONARQ, em 2005, a partir das Diretrizes para a Preservação do Patrimônio Digital, publicada pela UNESCO, em 2003, para os problemas relacionados à preservação digital, “não há soluções únicas e todas elas exigem investimento financeiro elevado e contínuo em infraestrutura tecnológica, pesquisa científica aplicada e capacitação de recursos humanos” (CONARQ, 2005, p. 137). A partir dessa Carta, uma série de documentos importantes foram produzidos pelo CONARQ e pela sua Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – CTDE, sobre a preservação digital no Brasil, são eles:

- e-ARQ Brasil (2009)
- Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes (2010)
- Diretrizes para a Gestão Arquivística do Correio Eletrônico Corporativo (2012)
- Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais (2012)
- Diretrizes para a Implementação de Repositórios Digitais Confiáveis de Documentos Arquivísticos – RDC-Arq (2015)
- Diretrizes do Produtor: A Elaboração e a Manutenção de Materiais Digitais: Diretrizes para Indivíduos (2019)
- Glossário Documentos Arquivísticos Digitais (2004 – 8ª Versão 2020)
- Diretrizes para a Digitalização de Documentos de Arquivo nos Termos do Decreto Nº 10.278/2020 (2021)

- BRASIL. Lei n. 5.433, de 8 de maio de 1968. Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.
- BRASIL. Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica [...] e dá outras providências sobre armazenamento, digitalização e eliminação de documentos.
- BRASIL. Decreto 10.278, de 18 de março de 2020. Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais.

Percebe-se, então, que há mais de 20 anos existem movimentos em busca de soluções para questões relacionadas às práticas de preservação digital no país, entretanto, não é possível uma solução definitiva diante de uma tecnologia tão disruptiva. A preservação digital requer alto investimento de recursos, especialização dos profissionais e deve ser problematizada constantemente em função da rápida obsolescência tecnológica e dos problemas relacionados à seleção arquivística e às formas de se preservar.

Segundo Arellano (2008, p. 51), a preservação digital é a parte mais longa e a última do ciclo de gerenciamento de objetos digitais:

A busca por estratégias de preservação digital requer não apenas procedimentos de manutenção e recuperação de dados, no caso de perdas acidentais, para resguardar a mídia e seu conteúdo, mas também estratégias e procedimentos para manter sua acessibilidade e autenticidade através do tempo, podendo requerer colaboração entre diferentes organizações, boa prática de licenciamento, aplicação de padrões de metadados e documentação.

A preservação dos documentos arquivísticos digitais pode ser negativamente afetada pelo uso das TICs, uma vez que os gestores que administram os documentos e o incorporam em sistemas informatizados nem sempre consideram as teorias e técnicas arquivísticas de gestão e preservação em suas rotinas, nem no desenvolvimento dos sistemas, resultando na perda e/ou corrupção de documentos (Innarelli, 2015). Para Sant'Anna (2001), é responsabilidade dos arquivos adotar

medidas preventivas e corretivas objetivando minimizar a ação do tempo sobre o suporte físico da informação, assegurando sua disponibilidade.

Contudo, esta pesquisa objetiva demonstrar que as TICs tendem a ser fundamentais no desafio de registrar e preservar a memória nas instituições para o acesso das gerações futuras. A realidade digital é algo que não podemos evitar. A tecnologia complementa o fazer humano, dando celeridade aos processos de tratamento e uso da informação, otimizando os recursos, facilitando o acesso da sociedade às informações e auxiliando na preservação da memória e do patrimônio documental presente nos acervos, quando planejada, corretamente executada e com o gerenciamento de riscos.

2.4 Requisitos para a preservação digital de documentos arquivísticos

A partir de pesquisa bibliográfica exploratória na internet, na literatura da CI e na legislação nacional, foram levantados requisitos para a preservação digital de documentos arquivísticos. Requisito é compreendido como uma condição indispensável. Contudo, alguns padrões internacionais são observados também no Brasil quando se fala em preservação arquivística digital e precisam ser considerados, a saber:

1. ISO 14721:2012 - *OAIS (Open Archival Information System)*: É um modelo internacional para a preservação de informações digitais a longo prazo e que descreve as funções e responsabilidades dos sistemas de arquivamento digitais confiáveis.
2. ISO 16363:2012 - *Audit and Certification of Trustworthy Digital Repositories*: Especifica os critérios e requisitos para a certificação de repositórios digitais confiáveis e estabelece diretrizes para avaliar a confiabilidade dos repositórios em relação à preservação a longo prazo, bem como para a auditoria e certificação.

3. PREMIS - *Preservation Metadata: Implementation Strategies*: É um conjunto de padrões de metadados para a preservação de documentos digitais, que fornece diretrizes para registrar informações relevantes sobre a preservação, como ações realizadas, formatos de arquivo, eventos de migração e autenticação.
4. ISO 16919:2014 - *Requirements for Bodies Providing Audit and Certification of Candidate Trustworthy Digital Repositories*: Estabelece requisitos para auditoria de repositórios digitais confiáveis e fornece orientações para a avaliação e certificação de repositórios digitais confiáveis.
5. NESTOR (*Network of Expertise in Long-Term Storage of Digital Resources*): É uma organização internacional composta por especialistas em preservação digital e oferece diretrizes e recomendações para a preservação a longo prazo de documentos digitais.
6. TRAC - *Trustworthy Repositories Audit & Certification*: é um conjunto de critérios e práticas recomendadas para avaliar a confiabilidade dos repositórios digitais a longo prazo.

É importante ressaltar que as diretrizes e padrões (nacionais e internacionais) referentes à preservação digital são constantemente atualizados ao longo do tempo. Além do Projeto InterPARES, existem outras organizações especializadas em documentos arquivísticos digitais e que elaboram diretrizes e orientam práticas recomendadas para auxiliar as instituições a enfrentarem os desafios da preservação digital, tais como: DPC (Digital Preservation Coalition): organização internacional que oferece diretrizes e recursos para a preservação digital; DCC (Digital Curation Centre): organização que fornece orientações e recursos para a gestão e preservação de dados digitais; NDSA (National Digital Stewardship Alliance): organização norte-americana que reúne instituições e profissionais envolvidos na preservação digital; SAA (The Society of American Archivists): organização profissional dos Estados Unidos dedicada à arquivística.

No Brasil, além das publicações citadas no item 2.3 desta pesquisa, existem outros normativos que orientam a preservação digital de documentos arquivísticos, direta ou indiretamente, por exemplo:

1. Resolução do CONARQ nº 43/2011: estabelece diretrizes para a preservação de documentos digitais em órgãos públicos.
2. ABNT NBR 16331:2015: estabelece os requisitos técnicos para a digitalização de documentos arquivísticos.
3. ABNT NBR ISO 13028:2015: sobre a Gestão de Documentos e da Informação — Implementação de microfilmagem para preservação a longo prazo.
4. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) estabelece diretrizes para o acesso a informações públicas, incluindo aquelas em formato digital, o que tem implicações para a disponibilização e acesso dos documentos digitais que são de caráter público.

Por muito tempo, as três estratégias mais usadas pelas instituições para enfrentar o problema da preservação digital foram a migração, emulação/encapsulamento e a conservação de *hardware* e *software* (Waters; Garrett, 1996). Segundo a definição da *Task Force on the Archiving of Digital Information da Commission on Preservation and Access e o Research Library Group* (1996), migração é a transferência periódica de materiais digitais de uma configuração de *hardware* e *software* para outra, ou de uma geração de tecnologia computacional para a geração seguinte.

O processo de emulação consiste na preparação de um sistema que funcione da mesma forma que outro de tipo diferente, para conseguir processar programas. Essa estratégia está relacionada à preservação do dado original no seu formato original. A perspectiva de preservação digital que propõe a conservação do *software* e do *hardware* (*technology preservation*) sugere que os dados digitais sejam preservados em mídia estável e copiados para nova mídia, caso seja necessário, e associados às cópias preservadas de uma aplicação de *software* original (Arellano, 2008).

A utilização de padrões abertos - aqueles que estão publicamente disponíveis e não são controlados por nenhum governo ou corporação – também é uma estratégia de preservação e facilita a interoperabilidade e a comunicação, pois, se os padrões forem proprietários, além da perenidade do meio, temos que garantir a perenidade do *software* para garantir o acesso aos documentos no futuro.

Outra estratégia muito utilizada é a criação de metadados de preservação, que são compreendidos como uma forma especializada de administrar metadados que podem ser usados como um meio de estocar a informação técnica que suporta a preservação dos objetos digitais. A área dos metadados de preservação continua a ser o foco das principais iniciativas de preservação digital também pela ênfase na criação de coleções digitais mais do que em documentos isolados (Arellano, 2008).

É importante destacar que as estratégias e ações em preservação digital devem garantir a identificação e a preservação de todos os componentes digitais que constituem o documento arquivístico e seus metadados, possibilitando, assim, o acesso aos documentos digitais completos ao longo do tempo (Arquivo Nacional, 2019). Um SIGAD que segue o modelo e-Arq Brasil, junto a um RDC-Arq de acordo com o padrão OAIS, são pré-requisitos para se desenvolver um sistema de arquivos confiável. De acordo com as recomendações para elaboração de política de preservação digital, elaboradas pelo Arquivo Nacional, o SIGAD é extremamente importante para a preservação de documentos arquivísticos:

Os documentos arquivísticos digitais devem ser gerenciados desde a produção até a destinação final por um sistema informatizado de gestão arquivística de documentos (SIGAD), de maneira a garantir o controle do ciclo de vida. Além disso, esses documentos devem ser mantidos em repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq) na idade permanente, a fim de assegurar sua preservação e acesso pelo tempo necessário. No decorrer do ciclo de vida, os procedimentos e estratégias adotados com vistas à preservação dos documentos arquivísticos digitais devem ser regidos pela política de preservação de documentos arquivísticos digitais e estar em consonância com os princípios por ela estabelecidos, com a política arquivística institucional e com o programa de gestão de documentos. (Arquivo Nacional, 2019, p. 3-4)

A memória institucional é construída, também, por meio do registro do conhecimento e das informações. Atualmente, as instituições, em grande parte, realizam esses registros de forma digital em sistemas administrativos, correios eletrônicos e outros documentos que não possuem o seu fluxo bem mapeado. Dessa forma, seria relevante uma iniciativa dos CM em parceria com a área de TI e

os diversos setores de trabalho das instituições para elaboração de diagnóstico e do mapeamento da trajetória documental digital.

Por serem locais detentores de informações importantes e históricas da Instituição, os centros de memória devem estar atentos aos normativos vigentes para que a preservação digital dos documentos arquivísticos seja garantida. A preservação digital exige um esforço contínuo e multidisciplinar. Além disso, definir os objetivos relacionados à utilização das TICs é de extrema importância, esses objetivos podem estar relacionados ao aprimoramento da acessibilidade às informações, a eficiência das operações, usabilidade, segurança das informações, experiência do usuário, preservação do original entre outros.

Nesse sentido, com o intuito de preservar digitalmente os documentos arquivísticos em um centro de memória pelo maior tempo possível, é necessário que sejam observados alguns requisitos identificados ao longo do tempo, para o sucesso de um programa de preservação digital de documentos arquivísticos, a saber:

1. Elaboração e estabelecimento de políticas que definam objetivos, padrões, fluxos, responsabilidades, estratégias e procedimentos na instituição para o gerenciamento e preservação da documentação digital, além de considerarem as necessidades da documentação a longo prazo e a evolução tecnológica;
2. Criação de metadados detalhados de identificação para os documentos arquivísticos digitais e a preservação destes para permanecerem legíveis, recuperáveis e acessíveis ao longo do tempo;
3. Garantia da forma fixa e do conteúdo estável dos documentos arquivísticos digitais;
4. Realização de migrações de formatos de forma periódica, visando evitar a perda de informações pela obsolescência tecnológica;
5. Monitoramento e gerenciamento contínuo dos formatos de arquivos para realizar as migrações quando necessárias;
6. Ambiente seguros e estáveis para o armazenamento de recursos digitais, com práticas de *backup* regulares;

7. Gerenciamento de risco com planos para recuperação de desastres;
8. Acesso controlado com autenticação e autorização adequadas, garantindo a trilha de auditoria e evitando alterações e exclusões de documentos;
9. Utilização de *software* e *hardware* interoperáveis e da definição de formatos e padrões abertos, quando possível;
10. Constante atualização da infraestrutura tecnológica;
11. Avaliação e auditoria regular para conferência dos processos;
12. Treinamento e capacitação adequada dos colaboradores para atuarem com as TICs e em conformidade com os requisitos para a preservação digital estabelecidos pela Instituição;
13. Parceria com outras instituições e com a comunidade para estudos e partilha de boas práticas;
14. Orçamento e financiamento adequados para investimentos para a preservação digital de documentos arquivísticos, em TICs e na infraestrutura tecnológica dos centros de memória.

É importante salientar que os requisitos precisam ser revistos e atualizados periodicamente em virtude da obsolescência tecnológica, da instabilidade dos suportes documentais e da criação de novos normativos e legislações. A realidade dos documentos digitais não é estática como as dos documentos em papel, pois seu comportamento a longo prazo é desconhecido.

3. METODOLOGIA

De acordo com Muller (2007), a pesquisa social é complexa e permite abordagens múltiplas. Esta pesquisa teve como desafios analisar o uso das TIC nos documentos arquivísticos digitais e identificar um conjunto de requisitos essenciais para a preservação digital nos centros de memória.

Inicialmente, foi realizada a revisão de literatura sobre memória institucional, memória organizacional, memória social, centros de memória e as tecnologias da Informação e comunicação, recorrendo-se a autores nacionais e internacionais, nas ciências humanas e sociais. A revisão também incluiu a relação entre a memória, os centros de memória, a Ciência da Informação e os documentos arquivísticos digitais.

Além de livros, foram consultadas a Base de Dados em Ciência da Informação em Ciência da Informação (BRAPCI) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Estabeleceu-se que seria aplicado o filtro para selecionar apenas as publicações da área de CI e apenas as teses, dissertações e artigos que apresentassem os termos: centro de memória; memória institucional; memória organizacional; TICs; preservação digital e documentos arquivísticos digitais, em inglês, português e espanhol, nos campos de título e/ou palavras-chave.

A identificação dos requisitos básicos para a preservação de documentos digitais na literatura, na legislação nacional e normativos indicou o que deve ser observado e praticado pelos centros de memória no Brasil.

Na etapa seguinte, foi realizado o levantamento de dados, no qual foram mapeadas, por meio de formulários *on-line* com os responsáveis pelos CM as práticas de preservação digital relacionadas à utilização de TICs nos documentos arquivísticos digitais. Na sequência, por meio de estudo de caso – por se tratar de uma pesquisa institucional, foi analisado se os centros de memória estudados observam os requisitos básicos identificados na etapa anterior, a partir de uma abordagem qualitativa.

Conforme Muller (2007, p. 11), o estudo de caso é “uma estratégia de pesquisa utilizada para investigar um fenômeno social complexo, uma forma de investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real”. Trata-se de uma atividade heterogênea que absorve vários métodos e técnicas de pesquisa, de acordo com a abrangência da cobertura, a

variedade de níveis de análises, e os diferentes tamanhos e níveis de envolvimento no contexto analisado (Hartley, 1994; Yin, 2001).

Na etapa de verificação, foram obtidos dados que, após análise e interpretação, permitiram avaliar a utilização das TICs, tendo em vista a preservação da memória institucional nos CM da Rede de Centros de Memória Marista, proporcionando um olhar sobre o estado atual de suas práticas e possíveis inadequações. A pesquisa exploratória utilizada, segundo Muller (2007, p. 25), “não costuma produzir resultados muito conclusivos ou respostas para determinados problemas, mas indica pesquisas futuras”.

A seguir, apresenta-se no Quadro 1, a síntese da metodologia de pesquisa adotada.

Quadro 1. Metodologia da pesquisa

Objetivo	Procedimento metodológico	Instrumento de coleta de dados ou fonte
Identificar os requisitos básicos recomendados na literatura e na legislação para a preservação digital.	Pesquisa bibliográfica Exploratória. Elaboração de lista de requisitos para a preservação de documentos arquivísticos digitais.	1. Bases de dados da área de Ciência da Informação; 2. Legislação nacional e internacional; 3. Orientações normativas; 4. Internet / IA; 5. Livros.
Verificar se os Centros de Memória selecionados atendem aos requisitos indicados.	Aplicação de questionário <i>on-line</i> .	Gestor ou responsável tecnicamente pelos Centros de Memória da Rede de Centros de Memória Marista.
Analisar as práticas de preservação documental das unidades escolhidas da Rede de Centros de Memória Marista relacionadas à utilização de TICs.	Análise qualitativa comparativa. Estudo de caso.	1. Questionários respondidos; 2. Lista de requisitos para a preservação digital de documentos arquivísticos.

Fonte 1: Elaboração própria (2022)

3.1 Etapas metodológicas

A partir do site da Rede de Centro de Memórias, foram coletados dados gerais dos centros de memória Marista para a identificação e seleção da amostra a ser estudada. Ao todo, a Rede de Centros de Memória Marista da Região América Sul é composta pelos Centros de Memória apresentados no Quadro 2:

Quadro 2. Unidades da Rede de Centros de Memória Marista

Centro de Memória	Localização
1. Centro de Estudos Maristas – CEM	Belo Horizonte – MG
2. Historial Marista	Apipucos – PE
3. Arquivo Provincial da Província Marista Brasil Centro-Norte	Brasília – DF
4. Arquivo Permanente da União Marista do Brasil	Brasília – DF
5. Memorial Marista	Curitiba – PR
6. Memorial do Colégio Marista Arquidiocesano de São Paulo	São Paulo – SP
7. Centro de Espiritualidade e Memória Marista	Bom Princípio - RS
8. Arquivo Provincial da Província Marista Brasil Sul-Amazônia	Porto Alegre - RS
9. Historial Marista Cruz del Sur / Archivo Histórico Provincial Marista Cruz del Sur	Lújan - Argentina
10. Museo Colegio Champagnat	Caba - Argentina
11. Museo Colegio Nuestra Señora de Luján	Lújan - Argentina
12. Archivo Histórico Patrimonial Marista de Chile	Santiago - Chile
13. Centro de Patrimônio Marista	Santa Cruz de la Sierra - Bolívia

Fonte: Elaboração própria (2022).

Ao iniciar o levantamento das informações sobre os centros de memória Marista, percebeu-se que as unidades eram muito diferentes entre si. Por isso, para que a comparação fosse a mais equânime possível, foram selecionados apenas os centros de memória localizados em território brasileiro. No Brasil e nos demais países do mundo, os Maristas dividem-se em três territórios denominados “Províncias” ou “Distritos” que possuem autonomia na gestão de seus empreendimentos. Província é o termo que representa uma unidade administrativa do Instituto Marista.

Ao longo dos anos a divisão das Províncias brasileiras teve diversas composições, o que gerou estruturas organizacionais e fundos diversos. Atualmente, as Províncias brasileiras estão definidas da seguinte forma:

- a) **Província Marista Brasil Centro-Sul:** composta pelos estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul.
- b) **Província Marista Brasil Centro-Norte:** composta pelos estados do Ceará, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará, Alagoas, Rio Grande do Norte, Tocantins, Paraíba, Rio de Janeiro, Goiânia, Espírito Santo, Minas Gerais.
- c) **Província Marista Brasil Sul-Amazônia:** composta pelos estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

A atuação de cada Província ocorre nos estados que a compõem. O Distrito Federal (DF) possui unidades educacionais e empreendimento das três Províncias e, por isso, é considerado um território neutro.

A amostra a estudada foi selecionada intencionalmente, uma vez que só serão pesquisados aqueles localizados em território brasileiro, em virtude das diferenças na legislação acerca do tema entre os demais países componentes da Rede.

O Quadro 3 apresenta as unidades da amostra:

Quadro 3. Unidades componentes da amostra

Centro de Memória	Localização
1. Centro de Estudos Maristas – CEM	Belo Horizonte - MG
2. Memorial Marista	Curitiba - PR
3. Centro de Espiritualidade e Memória Marista	Bom Princípio - RS
4. Memorial do Colégio Marista Arquidiocesano de São Paulo	São Paulo – SP
5. Arquivo Provincial da Província Marista Brasil Centro-Norte	Brasília – DF
6. Arquivo Provincial da Província Marista Brasil Sul-Amazônia	Porto Alegre - RS
7. Arquivo Permanente da União Marista do Brasil	Brasília – DF

Fonte: Elaboração própria (2023).

Nos CM ocorre a heterogeneidade dos conjuntos documentais custodiados, com diferentes sistemas e práticas que regem a guarda e a preservação dos itens de cada acervo. Os CM são “um pouco museus, um pouco arquivos, um pouco

bibliotecas, um pouco espaços de lazer e encontros presenciais” (Dodebei, 2011, p. 2).

Segundo Camargo e Goulart (2015), essa reunião pode ser entendida como uma consequência direta de um grande problema encontrado nessas instituições: a falta de uma política de acervo que contemple as três áreas: arquivo, biblioteca e museu.

Nesse sentido, a amostra selecionada compreende espaços de memória que, para a Rede de Centros de Memória Marista, são Centros de Memória, tais como Arquivos, Memoriais e Historiais. Estes espaços possuem características estruturais distintas e são administrados de maneiras diferentes, conforme explica Pazin (2019, p. 92):

É importante salientar que um Centro de Memória não é um memorial, no sentido de um local de celebração do passado da organização. Embora ele possa criar produtos com essa finalidade em situações específicas, o Centro de Memória não pode ser estático e, principalmente, não deve estar voltado à monumentalização do passado.

Considerando que o foco da pesquisa é o documento arquivístico digital, para os CM que não possuem acervos arquivísticos da instituição sob sua custódia, uma vez que alguns centros trabalham com cópias para exposição e consultas, foi admitida a documentação arquivística produzida pelos CM no exercício das suas funções.

3.1.1 Aplicação de questionários

Quando da aplicação dos questionários nas unidades selecionadas, em outubro de 2023, o Historial Marista já não estava mais em funcionamento. Suas atividades foram encerradas em 2022 e seu acervo arquivístico e bibliográfico foi transferido para o Centro de Estudos Maristas – CEM, em MG, por serem unidades da mesma Província, a Província Marista Brasil Centro-Norte.

O questionário foi elaborado no *Google Forms*, com perguntas objetivas e subjetivas relacionadas ao funcionamento dos centros e à utilização das TICs no tratamento de documentos arquivísticos digitais, vide quadro 4, e enviado, via *link*, por e-mail e/ou *WhatsApp*⁹ aos gestores dos centros de memória e/ou aos

⁹ *Whatsapp* é um aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones.

colaboradores responsáveis tecnicamente pelos acervos. A aplicação do questionário on-line foi uma escolha justificada pela distância geográfica entre os centros e a pesquisadora, bem como pela celeridade na captação dos dados.

Quadro 4. Questionário enviado aos Centros de Memória Maristas

Questionário sobre a utilização das TICs nos Centros de Memória Maristas
Prezados(as),
<p>Cumprimentando-o(a), peço a sua colaboração no que diz respeito ao preenchimento deste questionário, elaborado para coletar dados para a pesquisa de Mestrado da Universidade de Brasília (UnB) sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) nos Centros de Memória da Rede de Centros de Memória Marista da Região América Sul. Dessa forma, gostaria que respondessem as perguntas abaixo considerando o Centro de Memória em que atua.</p> <p>Esta pesquisa é faz parte do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e é orientada pela Profa. Dra. Eliane Braga de Oliveira.</p> <p>Quaisquer dúvidas no preenchimento do questionário ou qualquer esclarecimento adicional, favor entrar em contato por correio eletrônico: anasales30@gmail.com</p> <p>Agradecemos, desde já, o seu tempo e a sua significativa colaboração indispensável para que possamos alcançar o objetivo da pesquisa.</p>
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO*
<p>Declaro que estou esclarecido(a) do objetivo da pesquisa, aceito participar e dou consentimento para a publicação dos resultados</p> <p>Declaro que não quero participar da pesquisa.</p>
<p>1) Em qual Centro de Memória da Rede Marista você atua?</p> <p>CENTRO DE ESTUDOS MARISTAS MEMORIAL MARISTA MEMORIAL DO COLÉGIO MARISTA ARQUIDIOCESANO DE SÃO PAULO CENTRO DE ESPIRITUALIDADE E MEMÓRIA MARISTA ARQUIVO PROVINCIAL DA PROVÍNCIA MARISTA BRASIL SUL-AMAZÔNIA ARQUIVO PERMANENTE DA UMBRASIL ARQUIVO PROVINCIAL DA PROVÍNCIA MARISTA BRASIL CENTRO-NORTE</p>
2) Qual função você exerce no centro de memória?
3) Qual a data de criação do centro de memória em que você atua?
5) Qual a missão do centro de memória que você atua?
6) O centro de memória possui site ou página em rede social de divulgação própria? Qual(is)?
7) Em relação à subordinação administrativa, a qual setor/área o centro de memória está ligado?

8) Indique os gêneros documentais presentes no acervo:
Textuais Iconográficos Audiovisuais Cartográficos Filmográficos Sonoros Micrográficos Informáticos ou digitais Bibliográficos Tridimensionais Outro
9) Como são tratados os formatos dos arquivos obsoletos (disquetes, VHS etc) no centro de memória em que você atua?
10) Há um plano de migração de formatos estabelecidos para os arquivos?
Sim Não
11) Como são monitoradas as ameaças de obsolescência tecnológica em relação aos documentos presentes no acervo do centro de memória em que atua?
12) O centro de memória possui políticas formais de preservação digital de documentos arquivísticos?
Sim Não
13) Em caso positivo na resposta anterior, essas políticas são revisadas e atualizadas com qual frequência?
14) A equipe que trabalha no centro de memória em que você atua está ciente das políticas e estratégias de preservação digital?
Sim Não
15) Existe um plano de desastre e recuperação de desastre para os arquivos digitais no centro de memória em que você atua?
Sim Não
16) Há controle de acesso dos documentos arquivísticos digitais no centro de memória em que atua? Em caso positivo, quais medidas de autenticação e autorização são implementadas?
17) A equipe que atua no centro de memória recebe treinamento voltado à preservação digital?
Sim Não
18) O acervo arquivístico está digitalizado? Qual o percentual (%) de digitalização dos documentos arquivísticos?
0 - 25% 25 - 50% 50 - 75% 75 - 100%
19) O centro de memória em que atua utiliza algum repositório digital? Qual?
20) São utilizadas tecnologias de realidade virtual nas exposições promovidas pelo Centro de memória em que atua?
Sim Não Não se aplica
21) O centro de memória em que você atua utiliza sistema de monitoramento ambiental para controlar e manter as condições ambientais adequadas para a preservação dos documentos?
Sim Não
22) É utilizado algum sistema de gerenciamento de documentos no centro de memória em que atua? Qual?
23) É utilizado algum sistema para gerenciamento de acervos fotográficos e vídeos no centro de memória em que atua? Qual?
24) Use este campo para registrar outras informações sobre o centro de memória, se achar necessário.

Ao todo, todos os sete centros de memória responderam ao questionário, conforme o Apêndice A. A partir das respostas recebidas, foram identificados alguns riscos e fragilidades dos centros, objetos da análise apresentada no próximo item.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A aplicação de questionários permitiu a coleta direta de informação com as pessoas envolvidas nas atividades institucionais relacionadas com a preservação dos documentos arquivísticos digitais. Questionários são ferramentas eficientes para coletar dados de uma amostra de forma sistemática e objetiva, transmitindo credibilidade aos resultados da pesquisa (Fink e Kosecoff, 1985).

Os dados coletados transcritos (Apêndice A) foram produtos da necessidade de contextualizar as práticas de preservação dos documentos digitais desenvolvida pelos componentes da amostra de centros de memória Maristas, localizados em território brasileiro, relacionadas à utilização das TICs. Os dados dos questionários evidenciaram o contexto dos centros e imprimiram algumas preocupações com a preservação digital dos documentos arquivísticos neles inseridos, bem como com a memória institucional Marista.

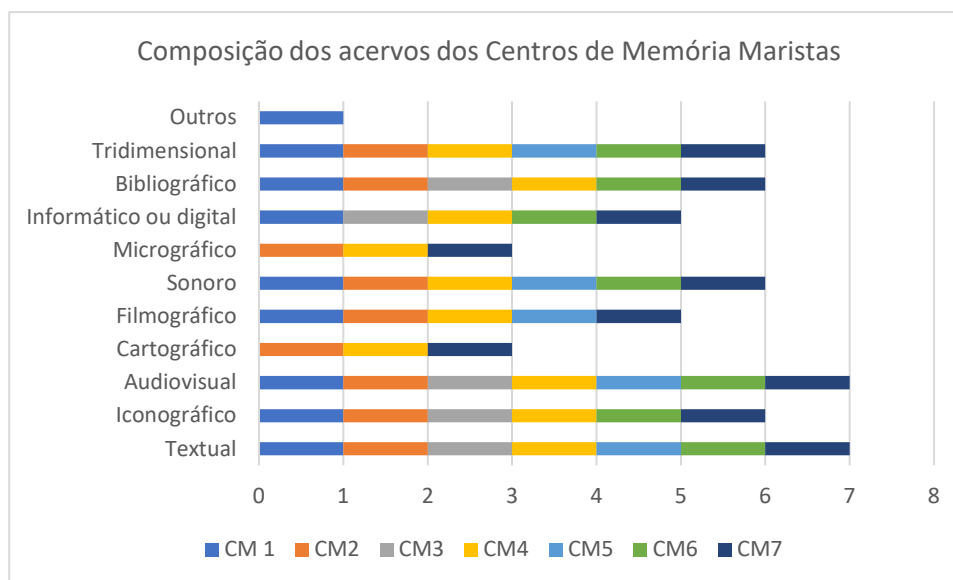
As respostas apontaram algumas peculiaridades em relação ao tipo de tratamento dado aos documentos arquivísticos digitais e à falta de padronização nesse quesito dos centros de uma mesma Província. Evidenciaram, também, a ausência de normativos internos, bem como de diretrizes da própria Rede de Centros de Memória Marista para as práticas de preservação digital de documentos arquivísticos.

Dos sete centros pesquisados, apenas três possuem site ou página em rede social de divulgação. Isto pode reduzir a comunicação do centro com a comunidade, uma das funções sociais identificadas para os centros de memória nesta pesquisa, bem como nas missões dos Centros de Memória estudados. Além disso, os sites e redes sociais podem funcionar como espaços para disponibilização de documentos de forma digital, por meio de exposições virtuais e publicações eletrônicas, e preservação dos originais, por exemplo.

A subordinação administrativa dos CM é diversa, apenas duas unidades estão ligadas à alta gestão e possuem autonomia administrativa, um centro é subordinado à Biblioteca, dois estão vinculados às Secretarias e dois centros estão ligados a setores religiosos das Províncias. Essa falta de autonomia pode acarretar prejuízos no que tange à destinação de recursos e definição e prioridades para os projetos de preservação digital e investimentos em utilização de TICs pelo centro de memória.

Em relação aos gêneros documentais presentes nos acervos dos centros de memória Maristas pesquisados, tivemos a seguinte composição:

Gráfico 1. Composição dos acervos dos Centros de Memória Marista



Fonte: elaboração própria (2023)

A partir do Gráfico 1, podemos identificar que os gêneros documentais são bem diversificados. Em todos os acervos existem documentos que necessitam de condições especiais para a sua preservação. Somente dois centros indicaram não ter documentação informática ou digital em seu acervo. Contudo, essa realidade não durará muito tempo, visto que as unidades Maristas, na atualidade, já produzem muitos documentos nato-digitais que são de valor permanente e compõem a memória institucional.

Sobre a pergunta “como são tratados os formatos de arquivos obsoletos no centro de memória em que você atua?”, as respostas apontaram para a ausência de critérios para lidar com este problema. Nota-se que o tratamento não é preventivo. Apenas dois centros possuem planos de migração de suporte para formatos estabelecidos, considerando acessos futuros, ou seja, não é realizado monitoramento e gerenciamento contínuo dos formatos de arquivos para realização de migrações. Com isso, temos o primeiro desafio para a preservação: a deterioração gradual do meio físico, pois o monitoramento de ameaças de obsolescência tecnológica em relação aos documentos presentes no acervo dos CM

ocorre de forma incipiente. Além disso, é necessária a constante atualização da infraestrutura tecnológica de *hardware* e *software*.

De forma semelhante, constatou-se que, apenas dois centros possuem políticas para a preservação digital de documentos arquivísticos, o que é um fator de preocupação. Para o pleno sucesso de um programa de preservação digital é condição necessária que haja o envolvimento e o apoio da estrutura organizacional. O estabelecimento de políticas e normativos internos, que definam objetivos, fluxos, responsabilidades e procedimentos, além de considerarem as necessidades da documentação a longo prazo e a evolução tecnológica, é primordial para a criação da cultura organizacional voltada à preservação digital.

A definição de metadados de identificação e de preservação também é um tema a ser abordado nos documentos normativos internos. A partir da política, podem ser elaborados os planos de preservação, contendo as estratégias de preservação, bem como as orientações acerca de quais documentos preservar. Sem esses instrumentos, não há a padronização de procedimentos, formatos e nem como ocorrer a correta auditoria dos processos. Para além de criar as políticas, a instituição precisa aplicá-la, difundi-la entre os seus funcionários e fornecer as capacitações necessárias.

Apenas um CM indicou ter plano de desastre e recuperação de desastre para arquivos digitais, documento que deveria ser desenvolvido por todas as instituições e centros de memória, uma vez que vivemos uma insegurança digital em virtude de vários fatores já mencionados nesta pesquisa. O risco de vazamentos de dados, por meio de ataques cibernéticos também é real. Além disso, a grande maioria das equipes que atuam nos centros desconhecem as políticas e normativos sobre preservação de documentos arquivísticos digitais e não recebem capacitação específica para atuar nessa área, ou seja, outro fator crítico para o sucesso dos programas de preservação de documentos arquivísticos digitais constatado foi a ausência de treinamento e capacitação dos colaboradores para atuarem com as TIC e em conformidade com os requisitos para a preservação digital estabelecidos pela Instituição.

Nota-se o cuidado e a preocupação de todos os centros para o controle de acessos dos documentos arquivísticos digitais, com medidas de autenticação e segurança. Contudo, ainda é preciso que os documentos estejam armazenados em ambiente seguros e estáveis, com rotinas de *backup* regulares.

Dos sete CM estudados, seis informaram que o percentual dos seus acervos arquivísticos digitalizados está entre 0 e 25%. Esta informação alerta para a importância também da preservação dos documentos analógicos, visto que a instituição Marista é secular e possui documentos muito antigos, passíveis de sofrerem perdas por meio da ação humana, desastres, degradação natural dos suportes documentais, entre outros. Entretanto, apenas digitalizar o documento não garante que ele esteja a salvo. As ações combinadas para a efetiva preservação dependem de vários fatores como o estabelecimento de políticas, utilização de repositórios arquivísticos digitais confiáveis, monitoramento constante da obsolescência de *hardware* e *software*. Além disso, devem ser aplicadas as diretrizes para a digitalização de documentos de arquivo (Decreto Nº 10.278/2020) e as recomendações para a digitalização de documentos Arquivísticos Permanentes do CONARQ.

No que se refere à utilização de repositórios arquivísticos digitais, a comparação deixou em evidência as características de sistemas de gestão da informação pouco integradoras dos centros de memória da Rede. Apesar de possuir uma ferramenta própria de SIGAD, nem todos os centros utilizam a ferramenta disponibilizada. São utilizados como repositórios a plataforma de aplicações Web *SharePoint* e o serviço de armazenamento em nuvem *One Drive*, ambos da *Microsoft*. Essas ferramentas estão atreladas ao pacote *Office 365* institucional, o que, de certa forma, garante segurança aos dados e informações nelas salvaguardadas. A utilização de um sistema único, com formato e padrões abertos facilita a interoperabilidade dos dados e o intercâmbio de informações entre os centros de memória.

Em alguns dos centros de memória pesquisados, a documentação arquivística é custodiada pelo Arquivo Permanente/Provincial e o CM recebe apenas cópias para utilização. Esse aspecto merece ser ressaltado, uma vez que a definição clara da competência pela custódia dos documentos arquivísticos é condição necessária para não comprometer a preservação dos documentos. O documento de arquivo tem caráter único e, por isso, a responsabilidade de sua preservação deve estar bem definida.

Em grande parte, os CM também estão atentos às condições ambientais ideais para a preservação dos documentos e utilizam recursos tecnológicos em suas exposições. Segundo a percepção dos responsáveis pelos centros, as ferramentas e

recursos utilizados não são os ideais. Os respondentes reconhecem que a preservação dos documentos arquivísticos digitais é um grande desafio e desejam investir no uso de TICs para esta tarefa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o propósito desta pesquisa, de analisar a utilização das TICs na preservação dos documentos arquivísticos digitais da Rede de Centros de Memória Marista, pode-se afirmar que o objetivo geral foi atingido, bem como os objetivos específicos.

O objetivo específico número 1 - identificar os requisitos básicos recomendados na literatura arquivística e na legislação brasileira para a preservação de documentos arquivísticos digitais – foi realizado por meio da revisão de literatura e do levantamento bibliográfico. O objetivo específico número 2 - verificar se os Centros de Memória selecionados atendem aos requisitos indicados – foi respondido por meio da análise das respostas aos questionários aplicados. O objetivo específico número 3 - analisar as práticas de preservação documental das unidades escolhidas da Rede de Centros de Memória Marista relacionadas à utilização de TICs – foi alcançado, entretanto, havia a intenção de realizar entrevistas complementares e observações *in loco* previstas no projeto que não foram realizadas. Como a pesquisa envolveu um universo restrito, não é possível generalizar os resultados alcançados.

Como destacado na revisão de literatura, a memória é um importante elemento de fortalecimento da imagem institucional. Dessa forma, a adequada gestão documental das informações pregressas representa a capacidade das organizações de construir e reconstruir o conhecimento de que necessitam em seu dia a dia. Os centros de memória são ferramentas estratégicas de preservação desse conhecimento, por valorizarem os documentos arquivísticos de valor permanente como capital cultural da organização, proporcionando a preservação e a disseminação da memória institucional.

Se a principal finalidade dos CM está em proporcionar a utilização de informações do passado pela Instituição e pela sociedade no presente e futuro, é preciso preservar os documentos arquivísticos de valor permanente (digitais ou não) para que seja garantida a sua utilização, proporcionando acesso à memória institucional para que ela possa gerar novos conhecimentos.

Durante o andamento desta pesquisa foi observada a dificuldade para encontrar referenciais teóricos nacionais e internacionais para embasamento dos temas relacionados à memória institucional e aos centros de memória. Constatou-se, portanto, o caráter periférico desses assuntos na CI, reforçando a justificativa de

incentivo aos trabalhos relacionados ao tema da memória no âmbito da Ciência da Informação.

A partir das respostas enviadas pelos CM, é possível inferir que a maioria das unidades possui discretas iniciativas de preservação digital e atestar a carência de conhecimentos sobre o tema. Para um diagnóstico mais preciso, a análise mais aprofundada de cada unidade é indicada.

Em relação aos CM da Rede de Centros de Memória Marista, do ponto de vista gerencial, ressalta-se a possível descaracterização dos acervos dos centros de memória, em virtude da falta de alinhamento conceitual e da diversidade das unidades que compõem a Rede. O papel dos centros de memória na gestão de seus acervos, tanto para os CM da amostra como para outras instituições, não está claro e é um tema complexo, tal qual a preservação de documentos arquivísticos digitais.

Após a análise dos dados, concluiu-se que por se tratar de Províncias diferentes, com recursos, condições de trabalho, estrutura organizacional e objetivos diferentes, os CM da Rede de centros de memória Marista são muito distintos entre si, desde o enfoque na composição dos acervos até as estratégias utilizadas para a preservação documental. Contudo, alguns centros estão mais avançados em relação à preservação digital de documentos arquivísticos, com iniciativas em conformidade com os requisitos identificados na literatura.

Assim, para que a Rede tenha êxito na preservação da memória institucional Marista, recomenda-se que sejam disseminadas internamente as experiências desses centros, adotando postura colaborativa, para que, de fato, ocorra o intercâmbio de boas práticas entre os centros de memória, além de estudos conjuntos com outras instituições e com a comunidade.

Há de se ressaltar que a preocupação com a memória institucional por parte dos CM da Rede, por meio de políticas de memória, políticas de acervo, fontes confiáveis, e com a definição de critérios teóricos e metodológicos, alcançam o papel de instrumento de comunicação da instituição com os públicos interno e externo. O papel da instituição Marista no Brasil

Foi evidenciado, a partir das respostas obtidas e da ausência de políticas voltadas à preservação, que a definição do que se deve preservar não está clara para os CM da Rede de Centros de Memória Marista. Saber o que preservar é um dos pontos vitais para o sucesso de um programa de preservação de documentos arquivísticos digitais. Atualmente, as instituições, em grande parte, realizam esses

registros de forma digital em sistemas administrativos, correios eletrônicos e outros documentos que não possuem o seu fluxo bem mapeado. Dessa forma, seria relevante uma iniciativa dos CM em parceria com a área de TI e os diversos setores de trabalho das instituições para elaboração de diagnóstico e do mapeamento da trajetória documental digital.

As mudanças tecnológicas sempre foram importantes na história da transmissão cultural. Na era digital, na qual as TICs possuem um papel fundamental em todas as áreas e não podem ser ignoradas e nem descartadas, pelo contrário, o investimento em TICs deve ser permanente, uma vez que a tecnologia está em constante atualização, bem como na capacitação de quem trabalha com os documentos arquivísticos digitais.

A literatura da área evidencia que ainda não é possível indicar uma estratégia única para a preservação digital, o que se tem são soluções específicas para casos específicos. Contudo, a preservação de documentos arquivísticos (digitais ou não) deve ser entendida como um processo que se inicia em seu momento de produção, e perpassa todo o seu ciclo de vida. Além disso, o acesso aos documentos arquivísticos digitais deve ser garantido, independentemente de tecnologia ou sistemas, por isso, o acompanhamento da evolução tecnológica é importante.

Por fim, recomenda-se, que os documentos e práticas de gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais a serem estabelecidos pelos centros de Memória da Rede de Centros de Memória Marista utilizem orientações e diretrizes, conforme critérios reconhecidos internacionalmente.

Esta pesquisa não pretendeu esgotar o tema da preservação digital em centros de memória, mas, sim, contribuir com a discussão do tema apresentando dados e reflexões sobre uma dada realidade. Outros estudos acadêmicos mais aprofundados ajudarão a entender a utilização das TICs nos centros de memória para a preservação da memória institucional no ambiente digital, além de gerar dados e pontos para reflexão que poderão fomentar novas pesquisas.

6. REFERÊNCIAS

ACKERMAN, M. Augmenting Organizational Memory; a field study of Answer Garden (1998). **ACM Transactions on Information Systems**. Vol. 16, N. 3, Julho, 1998, P. 203–224. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/pdf/10.1145/290159.290160>. Acesso em: 20 ago. 2022.

ALMEIDA, M. B. **Um modelo baseado em ontologias para representação da memória organizacional**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, 2006.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Recomendações para elaboração de política de preservação digital**. Elaborado por Alex Pereira de Holanda. Supervisão de Claudia Lacombe. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/MJSP, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/gestao-dedocumentos/orientacao-tecnica-1/recomendacoes-tecnicas1/politica_presercacao_digital.pdf. Acesso em: 18 de out. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRITO, G. S.; SIMONIAN, M. **Conceitos de Tecnologias e Currículo**: em busca de uma Integração Conceitual. In: HAGEMEYER, R. C. C; SÁ, R. A.; GABARDO, C. V. (Orgs.). *Diálogos Epistemológicos e Culturais*. Curitiba: W.A Editores, 2016. p. 181-204.

CAMARGO, A. M.; GOULART, S. **Centros de memória: uma proposta em definição**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2015.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede – A era da informação**: economia, sociedade e cultura. Vol I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COMITÊ GESTOR. **Projeto da Rede de Centros de Memória Marista da Região América Sul**. Brasília, 2019a. Disponível em: <http://memorias.umbrasil.org.br/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

_____. **Regimento interno da Rede de Centros de Memória Marista da Região América Sul**. Brasília, 2019b. Disponível em: <http://memorias.umbrasil.org.br/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos equipamentos culturais brasileiros: TIC Cultura 2016**. São Paulo: CGI.br, 2017b. Disponível em <<http://cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-da--informacao-e-comunicacao-nos-equipamentos--culturais-brasileiros/>>. Acesso em 02 out. 2023.

COOK, T. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS - CONARQ. **Carta para preservação do patrimônio arquivístico digital: preservar para garantir o acesso**, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq_carta_preservacao_patrimonio_arquivistico_digital.pdf. Acesso: em 20 de abr. de 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ. **Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq_presuncao_autenticidade_completa.pdf. Acesso em 21 abr. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ. **Glossário de Documentos Arquivísticos Digitais**. Rio de Janeiro, 2020, 8ª versão. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glossario-da-ctde>. Acesso em: 21 abr. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos**. [recurso eletrônico] / Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. 2. versão. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 1 MB). – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

COSTA (THIESEN), I. M. **Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1997.

CRUZ MUNDET, J. (2011). **Diccionario de Archivística**. Alianza Editorial. Madrid, España, pp. 186-187.

CUNNINGHAM, A. . (2021). ¿Cómo de lleno está el vaso?: Cambios y desafíos para los profesionales de los documentos frente a la transformación digital en la era de los datos. **Tábula**, (24), 25–40. <https://doi.org/10.51598/tab.870>.

CYERT, R. M.; MARCH, J. G. **A behavioral theory of the firm**. New York: Prentice-Hall, 1963. 332 p.

DODEBEI, V. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? **Revista de Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, abr 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/7335> Acesso em 04 de setembro de 2022.

FERREIRA, G. H. A.; FELL, A. F. A. **A memória organizacional para a gestão da informação: estudo de caso**. 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/186437>. Acesso em: 18 jun. 2022.

FINK, F; KOSECOFF, J. **How to conduct surveys: a step-by-step guide**. [S. l.]: SAGE Publications, 1985.

FONTANELLI, S. A. **Centro de Memória e Ciência da Informação: uma interação necessária**. São Paulo, 2005. 105f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Departamento de Biblioteconomia e Documentação. Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo.

GALINA RUSSELL, Isabel. ¿Qué són las humanidades digitales?. **Revista Digital Universitaria**, v. 12, n. 7, jul. 2011. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/19368/1/037-043-Rz-Yunta-Humanidades-digitales.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2023.

GONDAR, J.; DODEBEI, V. (orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTLEY, J. F. Case studies in organizational research. In: CASSELL, Catherine & SYMON, Gillian (Ed.). **Qualitative methods in organizational research: a practical guide**. London: Sage, 1994, p. 208-229

INNARELLI, H. C. **Gestão da preservação de documentos arquivísticos digitais: proposta de um modelo conceitual**. 2015, 348 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

_____. Os dez mandamentos da preservação digital. In: SANTOS, V. B.; INNARELLI, H. C.; SOUSA, R. T. B. In: **Arquivística: Temas contemporâneos**. Brasília: SENAC, 2007.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **15489-1:2001 – Information and Documentation: Records Management – Part 1**. Genebra: ISO, 2001.

JAPIASSU, R. C. **Usos e apropriações da memória: documentos arquivísticos em centros de memória do Judiciário federal brasileiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2021. – (Prêmio Nacional de Arquivologia Maria Odila Fonseca; 4).

LACOMBE, F. J. M; HEILBORN, G. L. J. **Administração: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2003.

LE GOFF, J. « **Memória** » in **Memória e História**. Campinas: Unicamp, 1990. p.423-483.

MARISTAS DE CHAMPAGNAT. **Instituto dos Irmãos Maristas**. Disponível em: <https://champagnat.org/pt/instituto-marista/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MÁRDERO ARELLANO, M. A. **Critérios para a preservação digital da informação científica**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. xix, 354 f.: il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília.

MUELLER, S. P. M. **Métodos para a Pesquisa e Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

NASSAR, P. **Memória de empresa: História e comunicação de mãos dadas a construir o futuro das organizações**. Aberje Editorial. São Paulo, 2004.

NORA, P. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares** In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993.

NORTH, D. C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives** — Volume 5, Number 1 — Winter 1991 — Pages 97–112.

OLIVEIRA, E. B. de. **O conceito de memória na ciência da informação no Brasil: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação**. 2010. 194., il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

OLIVEIRA, E. B. de; RODRIGUES, G. M. (Eds.). (2017). In: **Memória: interfaces no campo da informação** (DGO-Digital original, pp. 347–351). SciELO – Editora UNB.

PAES, Marilena Leite. **Arquivos: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 228 p.

PAZIN, M. C. C. **Centros de memória empresarial: acervos híbridos, interesses difusos. Experiências na cidade de São Paulo**. Anais do VIII Seminário Internacional do Centro de Memória da Unicamp, Campinas, 2012.

PAZIN, M. **A importância dos centros de memória para as instituições e para a sociedade**. Itaú Cultural, [S.l.], 12 ago. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/35f06eD>. Acesso em: 15 fev. 2021.

PAZIN VITORIANO, M. C. C. Centros de memória como estratégia de preservação e acesso à informação retrospectiva. **Revista do Arquivo**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 87-102, out. 2019.

PINHEIRO, L. V. R; FERREZ, H. D. **Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro; Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), 2014. xxxp.

RABELO, N. B.; SCHMIDT, C. M. S. (2022). A trajetória do INTERPARES Project: Reflexões acerca de teorias e metodologias desenvolvidas ao decorrer do projeto. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação** 15 (1):167-80. <https://doi.org/10.26512/rici.v15.n1.2022.42425>.

RAMOS, T. O.; MIRANDA, Z. D. **O inter-relacionamento entre documentos de arquivo, biblioteca e museu: memorial - um sistema em definição**, p. 68-85. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/162417>. Acesso em: 06 nov. 2023.

RIBEIRO, F. Memória, Informação e Ciência da Informação: Relações e interdependências. *In: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medlege (Orgs.). Memória: interfaces no campo da informação*. Brasília: UnB, 2017. p. 111-139.

ROBIN, R. **A memória saturada**. Tradução: DIAS, Cristiane e COSTA, Greciely. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

RODRIGUES, R. B. **Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação** / Ricardo Batista Rodrigues. – Recife: IFPE, 2016. 86 p.: il.

RONDINELLI, R. C. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisitação necessária**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011.

SANT'ANNA, M. L. Os desafios da preservação de documentos públicos digitais. **Revista IP**, ano 3, n. 2, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.informaticapublica.mg.gov.br/revista0302/ip0302santanna.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2023.

SANTOS, A. C. Perspectivas arquivísticas em centros de memória. **Archeion Online**, João Pessoa, v.6, n.1, p.80-95, jan. / jun. 2018. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/archeion>. ISSN 2318-6186. Acesso em: 13 out. 2023.

SANTOS, H. M.; FLORES, D. Os impactos da obsolescência tecnológica frente à preservação de documentos digitais. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**. 11:2 (2017) p. 28-37. ISSN 1981-1640. <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2017.v11n2.04.p28>

SANTOS, J. C. Memória organizacional: modelos e metas. In: V Colóquio em Organização, Acesso e Apropriação da Informação e do Conhecimento, 2021, Londrina. **Gestão, Organização e Compartilhamento de Conteúdos Informacionais**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2021. V. 1. P. 213-222.

SANTOS, V. B. dos. **Gestão de documentos eletrônicos**: uma visão arquivística. 2. Ed. Rev. Aum. Brasília: ABARQ, 2005.

_____. Perda de informações e de bens em arquivos e instituições responsáveis por guarda do patrimônio: segurança da informação e o viés digital. **Revista do Arquivo**. São Paulo, Ano VI, Nº 11, p. 35-40, outubro de 2020. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/11/. Acesso em: 18 jan. 2021.

SCHMUCLER, H. **La inquietante relación entre lugares y memorias**. 2008. Disponível em:

http://www.memoriaabierta.org.ar/materiales/pdf/hector_schmucler.pdf Acesso em 25.06.2022.

SIMON, H. A. **Comportamento administrativo**: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas. Rio de Janeiro: FGV, 1965.

SMIT, J. W. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias. **Revista brasileira de biblioteconomia e documentação**, v. 26, n. ja/ju 1993, p. 81-85, 1993. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/000866736.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2022.

STEIN, E. W. Organization memory: review of concepts and recommendations for management. **Internacional Journal of Information Management**, v. 15, n. 1, p. 222. 17-32, feb. 1995. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/026840129400003C>. Acesso em: 28 ago. 2022.

TASK FORCE ON THE ARCHIVING OF DIGITAL INFORMATION. **Preserving digital information**: Report of the Task Force on Archiving of Digital Information. Washington: Commission on Preservation and Access, 1996. Disponível em: <http://www.rlg.org/ArchTF/>. Acesso em: 28 out. 2023.

THIESEN, I. **Memória institucional**. João Pessoa: UFPB, 2013. 312p.

_____. **Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaços de produção de conhecimento**. In: Museu e Museologia: Interfaces e Perspectivas/Museu de Astronomia e Ciências Afins – Organização de: Marcus Granato, Claudia Penha dos Santos e Maria Lucia de N. M. Loureiro — Rio de Janeiro: MAST, 2009. P. (MAST Colloquia; 11).

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 9ª ed., 2011.

UNIÃO MARISTA DO BRASIL. **Cartas de Marcelino J. B. Champagnat**. Brasil, 2019. 826p.:il; color.

UNESCO. **Information and communication technologies (ICT). 2002**. Glossary. Disponível em: <https://uis.unesco.org/en/glossary-term/information-and-communication-technologies-ict> Acesso em: 22 dez. 2022.

WATERS, D.; GARRETT, J. **Preserving digital information**: Report of the Task Force on Archiving of Digital Information. Washington, DC: Commission on Preservation and Access. 1996.

YIN. R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

7. APÊNDICE A – QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS

CM1 – MEMORIAL DO COLÉGIO MARISTA ARQUIDIOCESANO DE SÃO PAULO

Questionário sobre a utilização das TIC nos Centros de Memória Maristas

Prezados(as),

Cumprimentando-o(a), peço a sua colaboração no que diz respeito ao preenchimento deste questionário, elaborado para coletar dados para a pesquisa de Mestrado da Universidade de Brasília (UnB) sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) nos Centros de Memória da Rede de Centros de Memória Marista da Região América Sul. Dessa forma, gostaria que respondessem as perguntas abaixo considerando o Centro de Memória em que atua.

Esta pesquisa é faz parte do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e é orientada pela Profa. Dra. Eliane Braga de Oliveira.

Quaisquer dúvidas no preenchimento do questionário ou qualquer esclarecimento adicional, favorentar em contato por correio eletrônico: anasales30@gmail.com

Agradecemos, desde já, o seu tempo e a sua significativa colaboração indispensável para que possamos alcançar o objetivo da pesquisa.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO* *

- Declaro que estou esclarecido(a) do objetivo da pesquisa, aceito participar e dou consentimento para a publicação dos resultados.
- Declaro que não quero participar da pesquisa.

Em qual Centro de Memória da Rede Marista você atua? *

- CENTRO DE ESTUDOS
- MARISTASMEMORIAL
- MARISTA
- MEMORIAL DO COLÉGIO MARISTA ARQUIDIOCESANO DE SÃO
- PAULO CENTRO DE ESPIRITUALIDADE E MEMÓRIA MARISTA
- ARQUIVO PROVINCIAL DA PROVÍNCIA MARISTA BRASIL SUL-
- AMAZÔNIA ARQUIVO PERMANENTE DA UMBRASIL

Qual função você exerce no centro de memória? *

Gestão.....

Qual a data de criação do centro de memória em que você atua? *

2008.....

Qual a missão do centro de memória que você atua?

Preservação e difusão do acervo institucional.....

O centro de memória que você atua possui site ou página em rede social de divulgação própria? Qual(is)? *

Atualmente só base de dados, mas está em planejamento uma seção no site institucional.....

Em relação à subordinação administrativa, a qual setor/área o entro de memória está ligado? *

Biblioteca.....

Indique os gêneros documentais presentes no acervo: *

- Textuais
- Iconográficos
- Audiovisuais
- Cartográficos
- Filmográficos
- Sonoros
- Microográficos
- Informáticos ou digitais
- Bibliográficos
- Tridimensionais
- Outro: Objetos científicos (são tridimensionais, mas achei que vale o destaque)
.....

Como são tratados os formatos dos arquivos obsoletos (disquetes, VHS etc) no centro de memória em que você atua? *

~~Os VHS em processo de conversão pra digital, mas o demais ainda sem uma definição.~~.....

Há um plano de migração de formatos estabelecidos para os arquivos? *

- Sim
- Não

Como são monitoradas as ameaças de obsolescência tecnológica em relação aos documentos presentes no acervo do centro de memória em que atua?

Não há uma sistemática muito clara, mas definimos que os materiais em processo de degradação são prioritários. Alguns vídeos em VHS já apresentam problemas, então serão os primeiros no processo de conversão.

O centro de memória possui políticas formais de preservação digital de documentos arquivísticos? *

Sim

Não

Em caso positivo na resposta anterior, essas políticas são revisadas e atualizadas com qual frequência?

Ainda não temos.

A equipe que trabalha no centro de memória em que você atua está ciente das políticas e estratégias de preservação digital? *

Sim

Não

Existe um plano de desastre e recuperação de desastre para os arquivos digitais no centro de memória em que você atua? *

Sim

Não

Há controle de acesso dos documentos arquivísticos digitais no centro de memória em que atua? Em caso positivo, quais medidas de autenticação e autorização são implementadas? *

~~Temos somente um repositório interno e o acesso é somente via equipe Memorial.~~.....

A equipe que atua no centro de memória recebe treinamento voltado à preservação digital? *

Sim

Não

O acervo arquivístico está digitalizado? Qual o percentual (%) de digitalização dos documentos arquivísticos? *

0 - 25%

25 - 50%

50 - 75%

75 - 100%

O centro de memória em que atua utiliza algum repositório digital? Qual? *

~~Sharepoint, mas não achamos o mais adequado.~~.....

São utilizadas tecnologias de realidade virtual nas exposições promovidas pelo Centro de memória em que atua? *

Sim

Não

Não se aplica

O centro de memória em que você atua utiliza sistema de monitoramento ambiental para controlar e manter as condições ambientais adequadas para a preservação dos documentos? *

Sim

Não

É utilizado algum sistema de gerenciamento de documentos no centro de memória em que atua? Qual?

Pergamum, mas possui limitações quando se considera os natodigitais.

É utilizado algum sistema para gerenciamento de acervos fotográficos e vídeos no centro de memória em que atua? Qual? *

Pergamum.

Use este campo para registrar outras informações sobre o centro de memória, se achar necessário.

A gestão dos natodigitais é o grande desafio para o Memorial e estamos em busca das melhores ferramentas e metodologias.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

CM 2 – CENTRO DE ESPIRITUALIDADE E MEMÓRIA MARISTA

Questionário sobre a utilização das TIC nos Centros de Memória Maristas

Prezados(as),

Cumprimentando-o(a), peço a sua colaboração no que diz respeito ao preenchimento deste questionário, elaborado para coletar dados para a pesquisa de Mestrado da Universidade de Brasília (UnB) sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) nos Centros de Memória da Rede de Centros de Memória Marista da Região América Sul. Dessa forma, gostaria que respondessem as perguntas abaixo considerando o Centro de Memória em que atua.

Esta pesquisa é faz parte do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e é orientada pela Profa. Dra. Eliane Braga de Oliveira.

Quaisquer dúvidas no preenchimento do questionário ou qualquer esclarecimento adicional, favoreça entrar em contato por correio eletrônico: anasales30@gmail.com

Agradecemos, desde já, o seu tempo e a sua significativa colaboração indispensável para que possamos alcançar o objetivo da pesquisa.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO* *

- Declaro que estou esclarecido(a) do objetivo da pesquisa, aceito participar e dou consentimento para a publicação dos resultados.
- Declaro que não quero participar da pesquisa.

Em qual Centro de Memória da Rede Marista você atua? *

- CENTRO DE ESTUDOS
- MARISTASMEMORIAL
- MARISTA
- MEMORIAL DO COLÉGIO MARISTA ARQUIDIOCESANO DE SÃO
- PAULOCENTRO DE ESPIRITUALIDADE E MEMÓRIA MARISTA
- ARQUIVO PROVINCIAL DA PROVÍNCIA MARISTA BRASIL SUL-
- AMAZÔNIAARQUIVO PERMANENTE DA UMBRASIL

Qual função você exerce no centro de memória? *

museóloga.....

Qual a data de criação do centro de memória em que você atua? *

2015.....

Qual a missão do centro de memória que você atua?

Promover o conhecimento e a reflexão sobre o patrimônio espiritual, histórico e cultural da Província Marista Brasil Sul-Amazônia, em uma perspectiva que privilegie a pesquisa, a comunicação e a preservação das memórias institucionais, contribuindo para a valorização da história e a vitalidade do carisma Marista.....

O centro de memória que você atua possui site ou página em rede social de divulgação própria? Qual(is)? *

www.legadomarista.org.br.....

Em relação à subordinação administrativa, a qual setor/área o entro de memória está ligado? *

IMV

Indique os gêneros documentais presentes no acervo: *

- Textuais
- Iconográficos
- Audiovisuais
- Cartográficos
- Filmográficos
- Sonoros
- Micrográficos
- Informáticos ou digitais
- Bibliográficos
- Tridimensionais

Outro:

Como são tratados os formatos dos arquivos obsoletos (disquetes, VHS etc) no centro de memória em que você atua? *

Os arquivos estão guardados em seu formato original. Contudo, no presente ano foi realizada a conversão dos arquivos do formato VHS e DVD para o formato MP4, via projeto específico, em parceria com o Arquivo Provincial da PMBSA (o outro Centro de Memória da Província).

Há um plano de migração de formatos estabelecidos para os arquivos? *

Sim

Não

Como são monitoradas as ameaças de obsolescência tecnológica em relação aos documentos presentes no acervo do centro de memória em que atua?

Não há uma estratégia definida. Existem ações pontuais e informais de observação das condições do ambiente relacionado à fragilidade das mídias de armazenamento. Está previsto a inclusão da preservação digital na revisão da Política Institucional para Acervos Históricos, prevendo estudo e definição de estratégias.

O centro de memória possui políticas formais de preservação digital de documentos arquivísticos? *

Sim

Não

Em caso positivo na resposta anterior, essas políticas são revisadas e atualizadas com qual frequência?

Não

A equipe que trabalha no centro de memória em que você atua está ciente das políticas e estratégias de preservação digital? *

Sim

Não

Existe um plano de desastre e recuperação de desastre para os arquivos digitais no centro de memória em que você atua? *

Sim

Não

Há controle de acesso dos documentos arquivísticos digitais no centro de memória em que atua? Em caso positivo, quais medidas de autenticação e autorização são implementadas? *

Sim. Os arquivos digitais (resultado da conversão de mídias, citada anteriormente) estão armazenados no serviço de armazenamento em nuvem utilizado pela instituição (OneDrive), tendo o acesso controlado por login, estando restrito à equipe dos Centros de Memória e TI da PMBSA.

A equipe que atua no centro de memória recebe treinamento voltado à preservação digital? *

Sim

Não

O acervo arquivístico está digitalizado? Qual o percentual (%) de digitalização dos documentos arquivísticos? *

0 - 25%

25 - 50%

50 - 75%

75 - 100%

O centro de memória em que atua utiliza algum repositório digital? Qual? *

Não

São utilizadas tecnologias de realidade virtual nas exposições promovidas pelo Centro de memória em que atua? *

- Sim
- Não
- Não se aplica

O centro de memória em que você atua utiliza sistema de monitoramento ambiental para controlar e manter as condições ambientais adequadas para a preservação dos documentos? *

- Sim
- Não

É utilizado algum sistema de gerenciamento de documentos no centro de memória em que atua? Qual?

Sim. Pergamum.....

É utilizado algum sistema para gerenciamento de acervos fotográficos e vídeos no centro de memória em que atua? Qual? *

Sim. Pergamum.....

Use este campo para registrar outras informações sobre o centro de memória, se achar necessário.

O CEMM atua em parceria com o Arquivo Provincial, estando os acervos organizados entre os dois centros de memória, mediante os critérios estabelecidos na Política Institucional para Acervos Históricos. Sendo assim, o acervo arquivístico da PMBSA está sob guarda do Arquivo Provincial, o que explica o CEMM não ter acervo arquivístico histórico sob a sua guarda.

O acervo digital mencionado anteriormente se refere aos conteúdos convertidos de mídias obsoletas.

A documentação digital produzida pelo CEMM, referente ao seu funcionamento/histórico não é considerada/tratada como acervo histórico. Todavia, é armazenada no OneDrive, com acesso limitado à funcionária do CEMM.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

CM 3 – ARQUIVO PROVINCIAL DA PROVÍNCIA MARISTA BRASIL SUL-AMAZÔNIA

Questionário sobre a utilização das TIC nos Centros de Memória Maristas

Prezados(as),

Cumprimentando-o(a), peço a sua colaboração no que diz respeito ao preenchimento deste questionário, elaborado para coletar dados para a pesquisa de Mestrado da Universidade de Brasília (UnB) sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) nos Centros de Memória da Rede de Centros de Memória Marista da Região América Sul. Dessa forma, gostaria que respondessem as perguntas abaixo considerando o Centro de Memória em que atua.

Esta pesquisa é parte do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e é orientada pela Profa. Dra. Eliane Braga de Oliveira.

Quaisquer dúvidas no preenchimento do questionário ou qualquer esclarecimento adicional, favor entrar em contato por correio eletrônico: anasales30@gmail.com

Agradecemos, desde já, o seu tempo e a sua significativa colaboração indispensável para que possamos alcançar o objetivo da pesquisa.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO* *

- Declaro que estou esclarecido(a) do objetivo da pesquisa, aceito participar e dou consentimento para a publicação dos resultados.
- Declaro que não quero participar da pesquisa.

Em qual Centro de Memória da Rede Marista você atua? *

- CENTRO DE ESTUDOS
- MARISTASMEMORIAL
- MARISTA
- MEMORIAL DO COLÉGIO MARISTA ARQUIDIOCESANO DE SÃO
- PAULOCENTRO DE ESPIRITUALIDADE E MEMÓRIA MARISTA
- ARQUIVO PROVINCIAL DA PROVÍNCIA MARISTA BRASIL SUL-
- AMAZÔNIAARQUIVO PERMANENTE DA UMBRASIL

Qual função você exerce no centro de memória? *

Assessora de Memória Institucional.....

Qual a data de criação do centro de memória em que você atua? *

1908.....

Qual a missão do centro de memória que você atua?

Promover a difusão e a salvaguarda do patrimônio arquivístico que constitui a memória da Província Marista Brasil Sul-Amazônia, possibilitando o acesso a informações de valores probatório, informacional, afetivo e espiritual para a sociedade.....

O centro de memória que você atua possui site ou página em rede social de divulgação própria? Qual(is)? *

Não.....

Em relação à subordinação administrativa, a qual setor/área o entro de memória está ligado? *

Secretaria Provincial e de Governança

Indique os gêneros documentais presentes no acervo: *

- Textuais
- Iconográficos
- Audiovisuais
- Cartográficos
- Filmográficos
- Sonoros
- Micrográficos
- Informáticos ou digitais
- Bibliográficos
- Tridimensionais
- Outro:

Como são tratados os formatos dos arquivos obsoletos (disquetes, VHS etc) no centro de memória em que você atua? *

O conteúdo das mídias obsoletas são convertidos para mídias digitais, privilegiando os formatos pdf, jpeg etc.....

Há um plano de migração de formatos estabelecidos para os arquivos? *

- Sim
- Não

Como são monitoradas as ameaças de obsolescência tecnológica em relação aos documentos presentes no acervo do centro de memória em que atua?

Nossa prática é converter formatos à medida em que as mídias são identificadas/localizadas, pois temos os aparelhos "em casa". No caso de mídias que não temos os convertidores, acumulamos para fechar pacotes com fornecedores externos.

O centro de memória possui políticas formais de preservação digital de documentos arquivísticos? *

Sim

Não

Em caso positivo na resposta anterior, essas políticas são revisadas e atualizadas com qual frequência?

A cada 3 anos.

A equipe que trabalha no centro de memória em que você atua está ciente das políticas e estratégias de preservação digital? *

Sim

Não

Existe um plano de desastre e recuperação de desastre para os arquivos digitais no centro de memória em que você atua? *

Sim

Não

Há controle de acesso dos documentos arquivísticos digitais no centro de memória em que atua? Em caso positivo, quais medidas de autenticação e autorização são implementadas? *

Sim, há controle de acesso. As medidas de autenticação e autorização são definidas pela TI da instituição que vale-se dos recursos do Office365. Os usuários com permissão para acessar os documentos são membros da equipe do Centro de Memória. Em caso de pesquisadores externos, os usuários assinam um termo de responsabilidade e acessam especificamente os materiais que atendem a finalidade da pesquisa, por tempo limitado e com restrição ou liberação para download, de acordo com cada caso.

A equipe que atua no centro de memória recebe treinamento voltado à preservação digital? *

Sim

Não

O acervo arquivístico está digitalizado? Qual o percentual (%) de digitalização dos documentos arquivísticos? *

0 - 25%

25 - 50%

50 - 75%

75 - 100%

O centro de memória em que atua utiliza algum repositório digital? Qual? *

Sim, o SharePoint, incluso no Office 365; e o Pergamum (parcial).

São utilizadas tecnologias de realidade virtual nas exposições promovidas pelo Centro de memória em que atua? *

- Sim
- Não
- Não se aplica

O centro de memória em que você atua utiliza sistema de monitoramento ambiental para controlar e manter as condições ambientais adequadas para a preservação dos documentos? *

- Sim
- Não

É utilizado algum sistema de gerenciamento de documentos no centro de memória em que atua? Qual?

Sim, ferramentas do Office 365 e o Pergamum.

É utilizado algum sistema para gerenciamento de acervos fotográficos e vídeos no centro de memória em que atua? Qual? *

Sim, ferramentas do Office 365 e o Pergamum.

Use este campo para registrar outras informações sobre o centro de memória, se achar necessário.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Questionário sobre a utilização das TIC nos Centros de Memória Maristas

Prezados(as),

Cumprimentando-o(a), peço a sua colaboração no que diz respeito ao preenchimento deste questionário, elaborado para coletar dados para a pesquisa de Mestrado da Universidade de Brasília (UnB) sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) nos Centros de Memória da Rede de Centros de Memória Marista da Região América Sul. Dessa forma, gostaria que respondessem as perguntas abaixo considerando o Centro de Memória em que atua.

Esta pesquisa é faz parte do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e é orientada pela Profa. Dra. Eliane Braga de Oliveira.

Quaisquer dúvidas no preenchimento do questionário ou qualquer esclarecimento adicional, favo entrar em contato por correio eletrônico: anasales30@gmail.com

Agradecemos, desde já, o seu tempo e a sua significativa colaboração indispensável para que possamos alcançar o objetivo da pesquisa.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO* *

- Declaro que estou esclarecido(a) do objetivo da pesquisa, aceito participar e dou consentimento para a publicação dos resultados.
- Declaro que não quero participar da pesquisa.

Em qual Centro de Memória da Rede Marista você atua? *

- CENTRO DE ESTUDOS
- MARISTASMEMORIAL
- MARISTA
- MEMORIAL DO COLÉGIO MARISTA ARQUIDIOCESANO DE SÃO
- PAULOCENTRO DE ESPIRITUALIDADE E MEMÓRIA MARISTA
- ARQUIVO PROVINCIAL DA PROVÍNCIA MARISTA BRASIL SUL-
- AMAZÔNIAARQUIVO PERMANENTE DA UMBRASIL

Qual função você exerce no centro de memória? *

Direção.....

Qual a data de criação do centro de memória em que você atua? *

29/04/2017.....

Qual a missão do centro de memória que você atua?

Nossa missão é informar, organizar acervos e inspirar pessoas. Acreditamos que o legado histórico, educacional e espiritual do Instituto Marista é algo criativamente genuíno, que merece ser preservado, informado e socialmente compartilhado. Assim, promovemos a conservação dos acervos materiais e imateriais, a investigação histórica e publicações sobre a atuação marista no mundo, possibilitando que as atuais e futuras gerações tenham garantido seu direito à memória. Nossa missão é também inspiracional, pois desenvolvemos líderes, educadores, colaboradores e religiosos para atuar nas obras maristas, favorecendo a redescoberta de nossas origens (Patrimônio Histórico, Cultural e Espiritual Marista - PHEM), gerando maior engajamento carismático e profissional.

O centro de memória que você atua possui site ou página em rede social de divulgação própria? Qual(is)? *

Sim. <https://memorial.marista.org.br/>

Em relação à subordinação administrativa, a qual setor/área o centro de memória está ligado? *

Diretoria Executiva da Província Marista Brasil Centro-Sul

Indique os gêneros documentais presentes no acervo: *

- Textuais
- Iconográficos
- Audiovisuais
- Cartográficos
- Filmográficos
- Sonoros
- Microográficos
- Informáticos ou digitais
- Bibliográficos
- Tridimensionais

Outro:

Como são tratados os formatos dos arquivos obsoletos (disquetes, VHS etc) no centro de memória em que você atua? *

Acervos analógicos (bidimensionais, fotográficos e audiovisuais) são digitalizados em formato JPG, PNG e PDF (para uso ordinário) e RAW. Arquivos RAW não são as imagens propriamente ditas, são dados brutos compactados sem perdas de qualidade. No futuro o arquivo RAW poderá ser convertido em qualquer formato que venha a existir, sem perda de qualidade ou retrabalho. Vídeos são digitalizados em formato MP4 em resolução compatível com a qualidade do original. Assim como os analógicos que foram digitalizados, os arquivos nato-digitais são armazenados no sistema Pergamum e Google Drive. Atualmente mantemos mais de 60TB em dados armazenados.

Há um plano de migração de formatos estabelecidos para os arquivos? *

Sim

Não

Como são monitoradas as ameaças de obsolescência tecnológica em relação aos documentos presentes no acervo do centro de memória em que atua?

A digitalização de suportes obsoletos ou em vias de obsolescência é contínuo no Memorial Marista. Temos uma pessoa da equipe dedicada a essa função. Utilizamos um scanner EPSON V 800 próprio para fotografias e filmes; 1 scanner AVISION A3 para formatos maiores; um scanner SCANERTEC planetário bandeja 90° para livros; Máquina fotográfica para objetos tridimensionais. Investimos na recuperação players para execução de fitas magnéticas em rolo, fitas cassete, fitas VHS, fitas Beta-Cam, fitas Mini DV, Disquetes, CDs, DVDs. Projetor para filmes 8mm e super 8. Esses players funcionam como equipamentos de acesso, permitem conhecer os conteúdos e grau de preservação dos suportes antes de serem digitalizados. quando as soluções anteriores não são possíveis, recorremos a unidades técnicas de digitalização externa (UTDE).

O centro de memória possui políticas formais de preservação digital de documentos arquivísticos? *

Sim

Não

Em caso positivo na resposta anterior, essas políticas são revisadas e atualizadas com qual frequência?

Ainda não foram revisadas. Publicamos o "Manual de Gestão de Acervos da Província Marista Brasil Centro-Sul" em 2022. Digitalizamos tudo que é possível, de acordo com prioridades do ano (para atender a algum projeto de pesquisa, cursos ou efeméride) e percepção de deterioração do acervo.

A equipe que trabalha no centro de memória em que você atua está ciente das políticas e estratégias de preservação digital? *

Sim

Não

Existe um plano de desastre e recuperação de desastre para os arquivos digitais no centro de memória em que você atua? *

Sim

Não

Há controle de acesso dos documentos arquivísticos digitais no centro de memória em que atua? Em caso positivo, quais medidas de autenticação e autorização são implementadas? *

Sim, há controle rígido de acesso. Documentos restritos ou sigilosos podem ser acessados somente por pessoas credenciadas, mediante usuário e senha, tanto no Pergamum quanto no Google Drive. Acervo considerado público pode ser acessado no sistema Pergamum ou via link do Google Drive, contudo, o usuário comum não goza de prerrogativa para editar nem excluir documentos, apenas visualizar e efetuar download.

A equipe que atua no centro de memória recebe treinamento voltado à preservação digital? *

Sim

Não

O acervo arquivístico está digitalizado? Qual o percentual (%) de digitalização dos documentos arquivísticos? *

- 0 - 25%
- 25 - 50%
- 50 - 75%
- 75 - 100%

O centro de memória em que atua utiliza algum repositório digital? Qual? *

Sim. Pergamum, Google Drive e repositórios digitais portáteis (provisórios).

São utilizadas tecnologias de realidade virtual nas exposições promovidas pelo Centro de memória em que atua? *

- Sim
- Não
- Não se aplica

O centro de memória em que você atua utiliza sistema de monitoramento ambiental para controlar e manter as condições ambientais adequadas para a preservação dos documentos? *

- Sim
- Não

É utilizado algum sistema de gerenciamento de documentos no centro de memória em que atua? Qual?

Sim. Pergamum e Google Drive.

É utilizado algum sistema para gerenciamento de acervos fotográficos e vídeos no centro de memória em que atua? Qual? *

Sim. Pergamum e Google Drive

Use este campo para registrar outras informações sobre o centro de memória, se achar necessário.

Como entidade privada, temos necessidades próprias e especificidades que definem nossos padrões técnicos de digitalização e armazenamento de acervos. Conhecemos, mas não aplicamos as DIRETRIZES PARA A DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO (DECRETO Nº 10.278/2020), tampouco seguimos à risca o documento "Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes" do CONARQ. Em virtude das políticas internas de segurança digital, utilizamos apenas softwares homologados pela Diretoria de Tecnologias Informáticas e Segurança Digital.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Questionário sobre a utilização das TIC nos Centros de Memória Maristas

Prezados(as),

Cumprimentando-o(a), peço a sua colaboração no que diz respeito ao preenchimento deste questionário, elaborado para coletar dados para a pesquisa de Mestrado da Universidade de Brasília (UnB) sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) nos Centros de Memória da Rede de Centros de Memória Marista da Região América Sul. Dessa forma, gostaria que respondessem as perguntas abaixo considerando o Centro de Memória em que atua.

Esta pesquisa é faz parte do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e é orientada pela Profa. Dra. Eliane Braga de Oliveira.

Quaisquer dúvidas no preenchimento do questionário ou qualquer esclarecimento adicional, favo entrar em contato por correio eletrônico: anasales30@gmail.com

Agradecemos, desde já, o seu tempo e a sua significativa colaboração indispensável para que possamos alcançar o objetivo da pesquisa.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO* *

- Declaro que estou esclarecido(a) do objetivo da pesquisa, aceito participar e dou consentimento para a publicação dos resultados.
- Declaro que não quero participar da pesquisa.

Em qual Centro de Memória da Rede Marista você atua? *

- CENTRO DE ESTUDOS
- MARISTASMEMORIAL
- MARISTA
- MEMORIAL DO COLÉGIO MARISTA ARQUIDIOCESANO DE SÃO
- PAULOCENTRO DE ESPIRITUALIDADE E MEMÓRIA MARISTA
- ARQUIVO PROVINCIAL DA PROVÍNCIA MARISTA BRASIL SUL-
- AMAZÔNIAARQUIVO PERMANENTE DA UMBRASIL

Qual função você exerce no centro de memória? *

Secretário Provincial.....

Qual a data de criação do centro de memória em que você atua? *

08/12/2003.....

Qual a missão do centro de memória que você atua?

Perpetuação e Arquivamento de documentação histórica institucional.....

O centro de memória que você atua possui site ou página em rede social de divulgação própria? Qual(is)? *

Não.....

Em relação à subordinação administrativa, a qual setor/área o entro de memória está ligado? *

Provincialato/Presidência

Indique os gêneros documentais presentes no acervo: *

Textuais

Iconográficos

Audiovisuais

Cartográficos

Filmográficos

Sonoros

Microográficos

Informáticos ou digitais

Bibliográficos

Tridimensionais

Outro:

Como são tratados os formatos dos arquivos obsoletos (disquetes, VHS etc) no centro de memória em que você atua? *

Apenas acondicionados, sem tratamento próprio específico.

Há um plano de migração de formatos estabelecidos para os arquivos? *

Sim

Não

Como são monitoradas as ameaças de obsolescência tecnológica em relação aos documentos presentes no acervo do centro de memória em que atua?

.....
Não são tratados.

O centro de memória possui políticas formais de preservação digital de documentos arquivísticos? *

Sim

Não

Em caso positivo na resposta anterior, essas políticas são revisadas e atualizadas com qual frequência?

.....

A equipe que trabalha no centro de memória em que você atua está ciente das políticas e estratégias de preservação digital? *

Sim

Não

Existe um plano de desastre e recuperação de desastre para os arquivos digitais no centro de memória em que você atua? *

Sim

Não

Há controle de acesso dos documentos arquivísticos digitais no centro de memória em que atua? Em caso positivo, quais medidas de autenticação e autorização são implementadas? *

~~Não há acessos externos.~~.....

A equipe que atua no centro de memória recebe treinamento voltado à preservação digital? *

Sim

Não

O acervo arquivístico está digitalizado? Qual o percentual (%) de digitalização dos documentos arquivísticos? *

0 - 25%

25 - 50%

50 - 75%

75 - 100%

O centro de memória em que atua utiliza algum repositório digital? Qual? *

~~Não~~.....

São utilizadas tecnologias de realidade virtual nas exposições promovidas pelo Centro de memória em que atua? *

Sim

Não

Não se aplica

O centro de memória em que você atua utiliza sistema de monitoramento ambiental para controlar e manter as condições ambientais adequadas para a preservação dos documentos? *

Sim

Não

É utilizado algum sistema de gerenciamento de documentos no centro de memória em que atua? Qual?

Não.....

É utilizado algum sistema para gerenciamento de acervos fotográficos e vídeos no centro de memória em que atua? Qual? *

Não.....

Use este campo para registrar outras informações sobre o centro de memória, se achar necessário.

.....

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Questionário sobre a utilização das TIC nos Centros de Memória Maristas

Prezados(as),

Cumprimentando-o(a), peço a sua colaboração no que diz respeito ao preenchimento deste questionário, elaborado para coletar dados para a pesquisa de Mestrado da Universidade de Brasília (UnB) sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) nos Centros de Memória da Rede de Centros de Memória Marista da Região América Sul. Dessa forma, gostaria que respondessem as perguntas abaixo considerando o Centro de Memória em que atua.

Esta pesquisa é faz parte do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e é orientada pela Profa. Dra. Eliane Braga de Oliveira.

Quaisquer dúvidas no preenchimento do questionário ou qualquer esclarecimento adicional, favoreça entrar em contato por correio eletrônico: anasales30@gmail.com

Agradecemos, desde já, o seu tempo e a sua significativa colaboração indispensável para que possamos alcançar o objetivo da pesquisa.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO* *

- Declaro que estou esclarecido(a) do objetivo da pesquisa, aceito participar e dou consentimento para a publicação dos resultados.
- Declaro que não quero participar da pesquisa.

Em qual Centro de Memória da Rede Marista você atua? *

- CENTRO DE ESTUDOS
- MARISTASMEMORIAL
- MARISTA
- MEMORIAL DO COLÉGIO MARISTA ARQUIDIOCESANO DE SÃO
- PAULOCENTRO DE ESPIRITUALIDADE E MEMÓRIA MARISTA
- ARQUIVO PROVINCIAL DA PROVÍNCIA MARISTA BRASIL SUL-
- AMAZÔNIAARQUIVO PERMANENTE DA UMBRASIL

Qual função você exerce no centro de memória? *

Arquivista.....

Qual a data de criação do centro de memória em que você atua? *

.15/10/2005.....

Qual a missão do centro de memória que você atua?

Não possui.....

O centro de memória que você atua possui site ou página em rede social de divulgação própria? Qual(is)? *

Não.....

Em relação à subordinação administrativa, a qual setor/área o entro de memória está ligado? *

Secretaria Executiva

Indique os gêneros documentais presentes no acervo: *

Textuais

Iconográficos

Audiovisuais

Cartográficos

Filmográficos

Sonoros

Micrográficos

Informáticos ou digitais

Bibliográficos

Tridimensionais

Outro:

Como são tratados os formatos dos arquivos obsoletos (disquetes, VHS etc) no centro de memória em que você atua? *

Foi realizada migração das fitas VHS para DVD em 2013.

Há um plano de migração de formatos estabelecidos para os arquivos? *

Sim

Não

Como são monitoradas as ameaças de obsolescência tecnológica em relação aos documentos presentes no acervo do centro de memória em que atua?

Não são, somente quando há a necessidade de utilização de um arquivo que está em formato obsoletoé que se identifica a necessidade de ação.

O centro de memória possui políticas formais de preservação digital de documentos arquivísticos? *

Sim

Não

Em caso positivo na resposta anterior, essas políticas são revisadas e atualizadas com qual frequência?

A equipe que trabalha no centro de memória em que você atua está ciente das políticas e estratégias de preservação digital? *

Sim

Não

Existe um plano de desastre e recuperação de desastre para os arquivos digitais no centro de memória em que você atua? *

Sim

Não

Há controle de acesso dos documentos arquivísticos digitais no centro de memória em que atua? Em caso positivo, quais medidas de autenticação e autorização são implementadas? *

~~Acesso apenas pela Arquivista e pelo responsável pelo setor de TI via pastas de Rede protegidas~~

A equipe que atua no centro de memória recebe treinamento voltado à preservação digital? *

Sim

Não

O acervo arquivístico está digitalizado? Qual o percentual (%) de digitalização dos documentos arquivísticos? *

0 - 25%

25 - 50%

50 - 75%

75 - 100%

O centro de memória em que atua utiliza algum repositório digital? Qual? *

~~Não~~

São utilizadas tecnologias de realidade virtual nas exposições promovidas pelo Centro de memória em que atua? *

Sim

Não

Não se aplica

O centro de memória em que você atua utiliza sistema de monitoramento ambiental para controlar e manter as condições ambientais adequadas para a preservação dos documentos? *

Sim

Não

É utilizado algum sistema de gerenciamento de documentos no centro de memória em que atua? Qual?

Não.....

É utilizado algum sistema para gerenciamento de acervos fotográficos e vídeos no centro de memória em que atua? Qual? *

Não.....

Use este campo para registrar outras informações sobre o centro de memória, se achar necessário.

.....

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Questionário sobre a utilização das TIC nos Centros de Memória Maristas

Prezados(as),

Cumprimentando-o(a), peço a sua colaboração no que diz respeito ao preenchimento deste questionário, elaborado para coletar dados para a pesquisa de Mestrado da Universidade de Brasília (UnB) sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) nos Centros de Memória da Rede de Centros de Memória Marista da Região América Sul. Dessa forma, gostaria que respondessem as perguntas abaixo considerando o Centro de Memória em que atua.

Esta pesquisa é faz parte do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e é orientada pela Profa. Dra. Eliane Braga de Oliveira.

Quaisquer dúvidas no preenchimento do questionário ou qualquer esclarecimento adicional, favor entrar em contato por correio eletrônico: anasales30@gmail.com

Agradecemos, desde já, o seu tempo e a sua significativa colaboração indispensável para que possamos alcançar o objetivo da pesquisa.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO* *

- Declaro que estou esclarecido(a) do objetivo da pesquisa, aceito participar e dou consentimento para a publicação dos resultados.
- Declaro que não quero participar da pesquisa.

Em qual Centro de Memória da Rede Marista você atua? *

- CENTRO DE ESTUDOS
- MARISTASMEMORIAL
- MARISTA
- MEMORIAL DO COLÉGIO MARISTA ARQUIDIOCESANO DE SÃO
- PAULOCENTRO DE ESPIRITUALIDADE E MEMÓRIA MARISTA
- ARQUIVO PROVINCIAL DA PROVÍNCIA MARISTA BRASIL SUL-
- AMAZÔNIAARQUIVO PERMANENTE DA UMBRASIL

Qual função você exerce no centro de memória? *

Diretor.....

Qual a data de criação do centro de memória em que você atua? *

27.08.1986.....

Qual a missão do centro de memória que você atua?

Recolher, organizar, preservar, conhecer, divulgar e dar acesso ao Patrimônio Histórico Marista, e subsidiar a formação de crianças, jovens e educadores, Irmãos, Leigas e Leigos, colaboradoras e colaboradores Maristas.....

O centro de memória que você atua possui site ou página em rede social de divulgação própria? Qual(is)? *

Instagram: centrodeestudosmaristas Site em construção.....

Em relação à subordinação administrativa, a qual setor/área o entro de memória está ligado? *

Ordem Religiosa

Indique os gêneros documentais presentes no acervo: *

- Textuais
- Iconográficos
- Audiovisuais
- Cartográficos
- Filmográficos
- Sonoros
- Microográficos
- Informáticos ou digitais
- Bibliográficos
- Tridimensionais

Outro:

Como são tratados os formatos dos arquivos obsoletos (disquetes, VHS etc) no centro de memória em que você atua? *

Ainda não começamos a tratar desse tipo de acervo. Priorizamos a organização de publicações impressas, que formam o maior volume do acervo não catalogado.

Há um plano de migração de formatos estabelecidos para os arquivos? *

- Sim
- Não

Como são monitoradas as ameaças de obsolescência tecnológica em relação aos documentos presentes no acervo do centro de memória em que atua?

Ainda não definimos estratégias de monitoramento, mas mantemos aparelhos de CD, DVD e videocassete para tratar deste acervo.

O centro de memória possui políticas formais de preservação digital de documentos arquivísticos? *

Sim

Não

Em caso positivo na resposta anterior, essas políticas são revisadas e atualizadas com qual frequência?

Temos um manual de conservação de bens de valor histórico, mas não uma política institucional para tratamento do acervo nas unidades e no centro de memória.

A equipe que trabalha no centro de memória em que você atua está ciente das políticas e estratégias de preservação digital? *

Sim

Não

Existe um plano de desastre e recuperação de desastre para os arquivos digitais no centro de memória em que você atua? *

Sim

Não

Há controle de acesso dos documentos arquivísticos digitais no centro de memória em que atua? Em caso positivo, quais medidas de autenticação e autorização são implementadas? *

Ainda não há uma política de controle. O acesso é liberado conforme solicitação de pesquisadores e unidades.....

A equipe que atua no centro de memória recebe treinamento voltado à preservação digital? *

Sim

Não

O acervo arquivístico está digitalizado? Qual o percentual (%) de digitalização dos documentos arquivísticos? *

0 - 25%

25 - 50%

50 - 75%

75 - 100%

O centro de memória em que atua utiliza algum repositório digital? Qual? *

Não.....

São utilizadas tecnologias de realidade virtual nas exposições promovidas pelo Centro de memória em que atua? *

Sim

Não

Não se aplica

O centro de memória em que você atua utiliza sistema de monitoramento ambiental para controlar e manter as condições ambientais adequadas para a preservação dos documentos?

Sim

Não

É utilizado algum sistema de gerenciamento de documentos no centro de memória em que atua? Qual?

Ainda não. Prevemos para início de 2024 terminar o inventário do acervo documental.

É utilizado algum sistema para gerenciamento de acervos fotográficos e vídeos no centro de memória em que atua? Qual? *

Não. É uma necessidade devido ao grande volume de fotos e audiovisuais ainda não identificados, mas ainda não utilizamos nenhum sistema de gerenciamento.

Use este campo para registrar outras informações sobre o centro de memória, se achar necessário.

Priorizamos em 2023 a catalogação do acervo recebido e não processado; até então, listamos mais de 14.000 títulos. A partir de 2024 devemos focar em outros processos no centro de memória, incluindo digitalização, acesso e monitoramento, além de investir no uso de TICs.

Este conteúdo não foi criado
nem aprovado pelo Google.